

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**AVALIATIVIDADE: ESTRATÉGIA DISCURSIVA NA
REPRESENTAÇÃO DE ATORES SOCIAIS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Daniela Zenatto Jornada

Santa Maria, RS, Brasil

2009

AVALIATIVIDADE: ESTRATÉGIA DISCURSIVA NA REPRESENTAÇÃO DE ATORES SOCIAIS

por

Daniela Zenatto Jornada

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Lingüísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Nina Célia Almeida de Barros

Santa Maria, RS, Brasil

2009

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras**

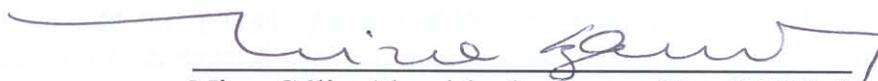
A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**AVALIATIVIDADE: ESTRATÉGIA DISCURSIVA NA
REPRESENTAÇÃO DE ATORES SOCIAIS**

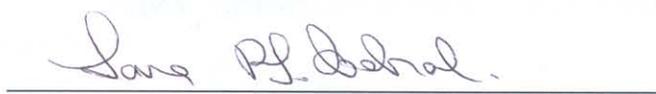
elaborada por
Daniela Zenatto Jornada

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Letras

COMISSÃO EXAMINADORA:



Nina Célia Almeida de Barros, **Dr.** (UFSM)
(Presidente/Orientadora)


Cristiane Fuzer, **Dr.** (UFPel)
Sara Regina Scotta Cabral, **Dr.** (ULBRA)

Santa Maria, 27 de março de 2009.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

AVALIATIVIDADE: ESTRATÉGIA DISCURSIVA NA REPRESENTAÇÃO DE ATORES SOCIAIS

AUTORA: DANIELA ZENATTO JORNADA
ORIENTADORA: PROF. DR. NINA CÉLIA ALMEIDA DE BARROS

Este estudo parte do pressuposto de que a linguagem, quando posta em ação, propicia não só a expressão das experiências de mundo de um sujeito, mas também a construção de representações desse mesmo sujeito e de outros. Uma vez que entendemos que práticas discursivas são capazes de projetar identidades, optamos por investigar a elaboração de versões da realidade expressas no discurso de artigos de opinião do jornalista Diogo Mainardi quando este representa o presidente Lula, o Partido dos Trabalhadores e o governo Lula. Buscamos, na verdade, responder à seguinte pergunta: como o jornalista Diogo Mainardi realiza linguisticamente a representação do ator social Lula, de seu partido e governo? A resposta a esta questão básica passa também pela constituição do *ethos* discursivo do autor. Assim, examinamos, neste trabalho, as diversas operações lingüísticas que Mainardi mobilizou para construir a imagem de si próprio e do representante maior da hierarquia política brasileira. Usamos, como pressupostos teóricos, a teoria da Avaliatividade de Martin e White (2005), a teoria de representação dos atores sociais proposta por van Leeuwen (1997) e o sistema de transitividade com base em Halliday & Matthiessen (2004). O processo de construção do *ethos* foi investigado através de pesquisas apresentadas por Amossy (2005). Os resultados da análise mostraram posicionamento e julgamento negativos de Mainardi em relação aos atores de quem buscamos a representação. Detectamos a predominância de julgamentos de estima social por capacidade, nas representações do presidente Lula, e a predominância de julgamentos de sanção social por propriedade nas representações daqueles que fazem parte de seu governo. Concluimos, com isso, que a maneira pejorativa com que Mainardi representa Lula não passa de implicância pessoal e, que, portanto, não devem ser relevadas em termos de avaliação da conduta do presidente, e tampouco da construção de sua identidade.

Palavras-chave: Linguística Sistêmico-Funcional; avaliatividade; representações sociais; transitividade.

ABSTRACT

Master Dissertation in Language
Post graduation Program in Letters
Federal University of Santa Maria

APPRAISAL: DISCOURSIIVE STRATEGY IN SOCIAL ACTORS' REPRESENTATION

AUTHOR: DANIELA ZENATTO JORNADA
ADVISOR: PROF. DR. NINA CÉLIA ALMEIDA DE BARROS

This work believes that language, when it is put in action, allows as the expression of someone world's experiences, as the building of representations of the same subject and others. Since we understand that discursive practices are able to project identities, we chose to investigate versions of reality expressed in opinion's article from the journalist Diogo Mainardi when he represents, via discourse, president Lula, Workers' Party, and Lula's government. We intend, in fact, to answer the following question: how the journalist Diogo Mainardi realizes linguistically the president Lula's representation, as well as the representation of his party and his government? The answer to this central question passes also through the author *ethos*' constitution. Then, we examined, in this study, different linguistic ways which Mainardi uses in order to build as an image of himself, as an image of the biggest figure of brazilian's politics hierarchy. To do this, we based our work on appraisal theory, from Martin & White (2005), on social actor representation's theory proposed by van Leeuwen (1997), and on transitivity system by Halliday & Matthiessen (2004). The *ethos* constitution was investigated based on Amossy's researches (2005). Our results pointed out negative judgments of Mainardi concerning the actors we discussed. We detected predominance of capacity social esteem judgments, in representations of Lula, and predominance of property social sanction judgments, in people who belongs to his government. So, we conclude that the pejorative way Mainardi represents Lula is just a personal implication and, because of it, should not be considered in terms of evaluation of president's behavior, either in terms of building his identity.

Keywords: Systemic Functional Linguistics; appraisal; social representations; transitivity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Critérios de análise do <i>corpus</i>	10
Figura 2 – Formas de Investigação Hermenêutica de Thompson (THOMPSON, 2002, p. 365)	12
Figura 3 – Formas de Investigação Hermenêutica de Thompson adaptadas a esta pesquisa.....	14
Figura 4 – Categorias da Teoria da Avaliatividade adaptada de MARTIN & WHITE, 2005, p. 38.	31
Figura 5 – Categorias de Julgamento (WHITE, 2004, p. 188).....	33
Figura 6 – Categorias de representação de atores sociais encontradas no <i>corpus</i> desta pesquisa (adaptadas de VAN LEEUWEN, 1997)	39
Figura 7 – Contexto de situação segundo HALLIDAY, 1994.....	40
Figura 8 – Ocorrências de julgamentos para representação do ator social Lula.....	71
Figura 9 – Associações utilizadas para representar Lula	74
Figura 10 – Categorias de representação de atores sociais na avaliação de Lula....	75
Figura 11 – Participantes das orações relacionais na representação de Lula	76
Figura 12 – Ocorrências de julgamentos para representação de atores do governo Lula e do Partido dos Trabalhadores	77
Figura 13 – Categorias de representação de atores sociais na avaliação de governo Lula e PT	79
Figura 14 – Participantes das orações relacionais na representação de partidários de Lula	81

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. Problema e objetivo do estudo.....	7
2. Metodologia.....	8
CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	16
1.1 Revista Veja	17
1.2 Gêneros textuais	18
1.2.1 Gêneros jornalísticos.....	21
1.2.1.1 Gênero artigo de opinião	23
1.3 Diogo Mainardi	25
1.3.1 <i>Lula é minha anta</i>	28
CAPÍTULO 2 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA PESQUISA	30
2.1 Teoria da Avaliatividade	30
2.2 Categorias de representação de atores sociais	33
2.3 Sistema de transitividade	40
2.3.1 Orações Relacionais	41
2.4 Ethos	45
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	
MAINARDIANAS	48
3.1 Representações do presidente Lula.....	49
3.2 Representações do governo e do partido de Lula.....	59
atores desta seção, a começar pelo tipo de julgamento empregado na ampla maioria dos segmentos – em nove, dos doze analisados.....	60
3.3 Autorrepresentação de Diogo Mainardi em <i>Lula é minha anta</i>	67
CONCLUSÕES	70
BIBLIOGRAFIA	83

INTRODUÇÃO

A linguagem é um sistema sócio-semiótico (HALLIDAY, 1989, p. 3) inerente às experiências humanas e tem papel central no que diz respeito às interações entre os grupos sociais. É também o resultado de escolhas que os indivíduos fazem dentre as potencialidades da língua e estas interferem na maneira como eles representam suas experiências.

A linguagem não pode ser dissociada de seus falantes e de seus atos, das esferas sociais e dos valores ideológicos. A interação verbal, que é dada por Bakhtin (2000) como a realidade da língua, vê-se marcada pelo horizonte social de uma época e de um grupo socialmente organizado e reflete a compreensão que este tem e a avaliação deste acerca do mundo. Para Bakhtin,

(...) todos os índices de valor com características ideológicas, ainda que realizados pela voz dos indivíduos (por exemplo, na palavra), constituem índices sociais de valor, com pretensões ao consenso social, e apenas em nome deste consenso é que eles se exteriorizam no material ideológico. (BAKHTIN, 1999, p. 45)

Tendo em vista essa concepção de linguagem, delineamos nosso objetivo e, conseqüentemente, nossa pergunta de pesquisa.

1. Problema e objetivo do estudo

A fim de vislumbrar o papel ideológico da linguagem, decidimos trabalhar com um gênero textual no qual os valores ideológicos são bastante evidentes. Além disso, consideramos pertinente trabalhar com o discurso midiático, porque pode ser visto como uma voz da sociedade que veicula uma determinada visão de mundo, a qual é acatada pelo público, na maioria das vezes, sem questionamentos.

O que pretendemos, neste trabalho, é investigar a elaboração de versões da realidade expressas no discurso de artigos de opinião do jornalista Diogo Mainardi quando este representa o presidente Lula, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o governo Lula. Buscamos responder à seguinte pergunta: como o jornalista Diogo Mainardi realiza linguisticamente a representação do ator social Lula, de seu partido e de seu governo?

Este trabalho está inserido na linha de pesquisa *Linguagem no contexto social*, cujo propósito é mostrar não só a conexão, mas também a dependência que a concepção de linguagem e de sociedade tem uma em relação à outra. Seguindo essa perspectiva teórica, outros estudiosos do grupo de pesquisa se dedicaram não só ao trabalho com mídia, mas também ao trabalho com representações sociais (Fuzer, 2008) e com avaliatividade (Cabral, 2007), que serão bases teóricas para o presente estudo. Cartas de leitor sobre o autor com o qual trabalharemos foram objeto de pesquisa de Pillon (2007).

2. Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho, seguimos, ao todo, sete passos; os primeiros três optamos por denominar *etapas de pesquisa* e os quatro seguintes, *etapas de análise*. Aquelas dizem respeito aos procedimentos necessários para o início do trabalho, e estas se relacionam aos procedimentos de análise dos dados e de busca de resultados. A seguir explicaremos cada uma das etapas, a começar pelas etapas da pesquisa.

Em um primeiro momento, esta pesquisa contou com três passos. O primeiro passo foi a escolha do *corpus*. Desde o início dos trabalhos que deram origem a esta dissertação, pensávamos em trabalhar com os artigos de opinião de Diogo Mainardi publicados na Revista Veja. Isto se justifica porque, para quem estuda a linguagem sob uma perspectiva crítica, o artigo de opinião é um gênero cujo conteúdo pode ser amplamente explorado não só em termos léxico-gramaticais, mas também em termos de sua natureza sócio-ideológica evidente, a qual permite observar mais claramente os intuitos discursivos e as representações das experiências particulares dos indivíduos. O gênero já é reconhecido por sua capacidade de articular opiniões, como afirma Rodrigues (2005).

O reconhecimento social e profissional do articulista outorga credibilidade a sua fala, alçando-o à posição de “articulador” de um ponto de vista autorizado, de formador de opinião. Seu posicionamento sobre determinado acontecimento social constitui-se em tema (objeto) de interesse (é notícia) para os jornais e para o público leitor. Por essas razões e por sua relação assimétrica com o leitor no espaço da comunicação jornalística (ele é um autor de elite, pois é um leitor selecionado e autorizado pela empresa jornalística para assumir a palavra; está, portanto, em uma relação de superioridade, em uma situação de interação vertical), o articulista incorpora o *ethos* da competência social e

discursiva, angariada pela sua circulação na mídia e pela função profissional exercida. (RODRIGUES, 2005, p.172)

Tendo em vista que os artigos de Mainardi são publicados em uma mídia de grande influência no contexto nacional, reforçamos a ideia de que estes contribuem para a circulação de informação, de conhecimento e de ideologias. Segundo Cabral (2007, p.97), “o discurso jornalístico, como parte da mídia que atua dentro de um sistema social, comporta representações, identidades e relações entre grupos particulares e a população que compõe o sistema”. Justificamos, assim, nossa opção pelo discurso jornalístico.

Embora tivéssemos como certa a escolha do gênero e do autor-referência, ainda não tínhamos o critério para a escolha dos textos. Foi então que surgiu *Lula é minha anta*, lançado no final de 2007. Mainardi reúne no livro seus principais artigos desde março de 2005 até setembro de 2007. Segundo o autor, a história da política brasileira dos últimos dois anos está contada ali. Todos os 96 textos foram publicados em *Veja* e estão disponíveis também na versão *on-line* da revista, só que não como coletânea.

Tendo em vista isso, consideramos pertinente adotar como *corpus* de pesquisa os artigos selecionados pelo próprio Mainardi como os que melhor refletem o quadro político brasileiro recente. Em particular, selecionamos aqueles em que há referência explícita a Lula, seu governo, seu partido e partidários, a fim de que nos ajudem a responder nossa pergunta de pesquisa: como o jornalista Diogo Mainardi realiza linguisticamente a representação do ator social Lula, de seu partido e de seu governo? A resposta a esta questão básica passa pela constituição do *ethos* discursivo do autor.

Selecionado o *corpus*, o segundo passo foi organizar os textos em um programa de computador tido como ferramenta auxiliar na análise dos dados – TextSTAT (Simple Text Analysis Tool). Esse instrumento eletrônico nos ajudou a verificar os dados que foram constatados por meio do trabalho manual, como, por exemplo, a recorrência de orações relacionais com verbo *ser*, a predominância de certas categorias de representação de atores. Além disso, o programa também facilitou nosso trabalho na escolha dos segmentos passíveis de análise, ou melhor, aqueles que atendessem nossos objetivos e melhor ilustrassem as representações sociais para as quais queríamos chamar a atenção.

O terceiro e último passo que constitui as etapas da pesquisa foi o recorte dos segmentos para análise. Selecionamos os segmentos obedecendo a dois critérios:

- o segmento deveria constituir uma oração simples (admite oração encaixada porque esta é só uma extensão da oração simples);
- o segmento deveria obrigatoriamente unir as três categorias de análise previstas para este trabalho: o julgamento, em termos da Teoria da Avaliatividade; Lula, seu governo e partido, em termos de representação de atores sociais; as orações relacionais, em termos de transitividade da Gramática Sistêmico-Funcional.

Desse modo, segmentos que, por exemplo, apresentassem julgamentos dos atores sociais dos quais buscamos a representação, mas que não estivessem expressos por uma oração relacional, eram descartados da análise, a exemplo de: “Em resumo: o presidente da República envolveu-se num relacionamento nebuloso com um lobista do setor aéreo, que lhe concedeu regalias impróprias em troca de negócios suspeitos.” (MAINARDI, 2007, p.196).

A Figura 1 ilustra nossos critérios de análise. Os segmentos selecionados deveriam encontrar-se na área de interseção.

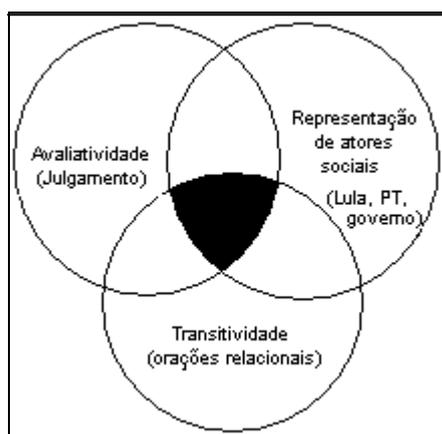


Figura 1 – Critérios de análise do *corpus*

Antes de darmos continuidade à descrição de nossa metodologia, justificamos nossos critérios de análise. Quanto à transitividade, nossa decisão de considerar apenas as orações relacionais, em detrimento de outras, foi feita depois de uma prévia leitura do *corpus*. À medida que líamos os textos, percebíamos a frequência com que aparecia o verbo *ser*, especialmente. Decidimos, pois, recorrer ao

TextSTAT para confirmar a ampla ocorrência deste processo relacional e percebemos que, muitas das vezes em que ele aparecia, era para referir-se a Lula.

Desse modo, optamos por analisar, em termos de transitividade, as orações relacionais que serviam como estratégia argumentativa na construção da representação social que Mainardi fazia dos atores que nos interessavam. Essas orações serão postas em destaque (negrito), e os processos serão sublinhados nos fragmentos analisados.

Justificamos a opção pela oração simples, porque, ao tomarmos conhecimento do *corpus*, verificamos sua predominância, diante dos complexos oracionais, no que dizia respeito às orações relacionais. As orações encaixadas também se mostraram comuns nas construções sintáticas de Mainardi. O mesmo motivo nos levou a selecionar a categoria de Julgamento, ou seja, a abundância desta nas orações relacionais recortadas para análise.

No que diz respeito às representações sociais, convém justificar não a escolha dos atores, porque era evidente, mas as categorias que consideramos mais relevantes para alcançar os objetivos deste trabalho. Antes mesmo de analisarmos o *corpus*, já prevíamos a ocorrência constante de algumas categorias de representação, por conhecermos o estilo do autor. Já que Mainardi se coloca abertamente contrário a Lula e a tudo que a ele se relacione, julgávamos conveniente aos propósitos do autor utilizar categorias que o ajudassem a generalizar sua avaliação negativa e seu posicionamento em relação à atual política brasileira, representada pelo presidente. Optamos, pois, por observar a presença de categorias como a generalização, a categorização, a assimilação, etc.

Deste momento em diante, terminada a descrição das etapas da pesquisa, e dadas as devidas justificativas para os critérios de análise, prosseguimos com a descrição da nossa metodologia agora com ênfase nas etapas da análise do *corpus*, as quais fizemos guiados por uma metodologia desenvolvida por Thompson (2002) denominada Hermenêutica de Profundidade (HP).

Para Thompson (2002, p. 355), a HP é um referencial metodológico que “coloca em evidência o fato de que o objeto de análise é uma construção simbólica significativa, que exige uma interpretação”. O autor entende formas simbólicas como construções significativas que têm capacidade e têm por objetivo dizer alguma coisa sobre algo. Estas são estruturadas de maneiras definidas e estão inseridas em

condições sociais e históricas específicas. Às pessoas que as produzem e recebem, cabe a interpretação e compreensão.

Thompson (2002, p. 365-367) aponta três fases ou procedimentos principais da HP, quais sejam, resumidamente: a primeira fase é a *análise sócio-histórica*, ou seja, a análise do contexto; a segunda fase é a *análise formal ou discursiva*, que contempla as teorias necessárias para a análise da materialidade lingüística. Como complemento necessário à análise discursiva, Thompson salienta a necessidade de uma terceira fase de análise, que é a *interpretação/reinterpretação*, a qual procura construir significados possíveis a partir das formas simbólicas detectadas na fase anterior. Nessa terceira fase, o autor chama a atenção para a possibilidade de divergências de significados entre os “sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico”, por isso a denominação de reinterpretação associada à de interpretação; Thompson acredita que ambas acontecem simultaneamente. A Figura 2 apresenta as Formas de Investigação Hermenêutica para Thompson.

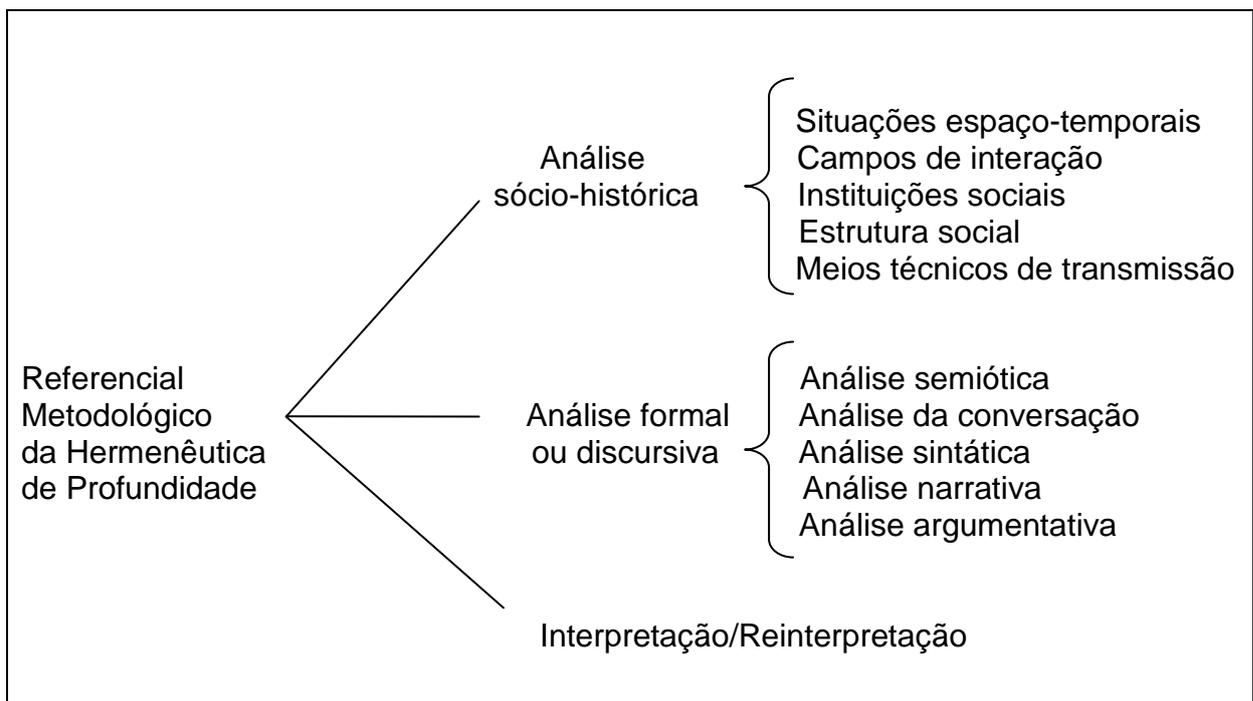


Figura 2 – Formas de Investigação Hermenêutica de Thompson (THOMPSON, 2002, p. 365)

Nesta pesquisa, as subdivisões presentes nas etapas metodológicas sugeridas por Thompson serão substituídas por conceitos e teorias ligados à Gramática Sistemico-Funcional (GSF).

Compreendidos os principais conceitos acerca do referencial metodológico da Hermenêutica de Profundidade, delineamos a etapa de análise da nossa pesquisa, a qual exigiu quatro passos. O primeiro passo, que diz respeito à análise sócio-histórica da HP, foi explicitarmos os dados do contexto que situassem o objeto de estudo. Compartilhamos da ideia de que qualquer texto, cuja estrutura se quer descrever e analisar, tem de ter suas variáveis do contexto levadas em consideração.

De acordo com Halliday (1989), para atendermos às exigências de uma adequada contextualização, é necessário definir três aspectos, os quais ele chama de *campo, relações e modo*. Em outras palavras, o autor chama a atenção para a necessidade de identificarmos qual é a natureza de uma dada prática social, quais são os participantes envolvidos e qual é o meio de transmissão dos discursos veiculados por essa prática. O capítulo 1 deste trabalho esclarece as noções de campo, relações e modo e dá a configuração contextual do objeto de pesquisa.

O segundo e terceiro passos de nossa análise de segmentos atendem à fase de análise formal ou discursiva da HP. Nosso segundo passo foi proceder à análise linguística dos segmentos selecionados do *corpus*, com a ajuda do TextSTAT, que nos forneceu ocorrências e frequências de formas, bem como de citações relevantes para nossa pesquisa. Começamos pela identificação das categorias de julgamento, cuja base teórica obtivemos em Martin e White (2005); a seguir, identificamos as categorias de atores sociais relacionadas aos sujeitos sociais dos quais nos propomos a tratar neste trabalho e as possíveis significações para as escolhas de Mainardi acerca daquelas categorias (em detrimento de outras). Fizemos esta parte da análise com base na teoria de atores sociais proposta por van Leeuwen (1997). Por último, analisamos as representações dos atores considerando o sistema de transitividade hallidayano, guiados por Halliday e Matthiessen (2004).

O terceiro passo, associado ao anterior, foi buscar as manifestações de *ethos* presentes nos segmentos selecionados, as quais constituem igualmente uma forma de representação social de atores; neste caso, uma forma de auto-representação que se evidencia não só pela imagem que o autor cria de si explicitamente para o leitor, mas especialmente pelas suas escolhas linguísticas e estilo de escrita ao longo dos artigos em questão. O processo de construção do *ethos* foi abordado através das pesquisas apresentadas por Amossy (2005).

Finalmente, para atender à última fase do referencial metodológico da HP, partimos para o quarto passo dentre aqueles que constituíram as etapas de análise deste trabalho. Encaminhamo-nos, portanto, à interpretação dos resultados. Esse processo foi facilitado pela análise discursiva, associada à análise sócio-histórica, e nos permitiu chegar às considerações finais desta pesquisa.

A Figura 3 esquematiza as formas de Investigação Hermenêutica, conforme Thompson (2002), adaptadas ao nosso projeto.

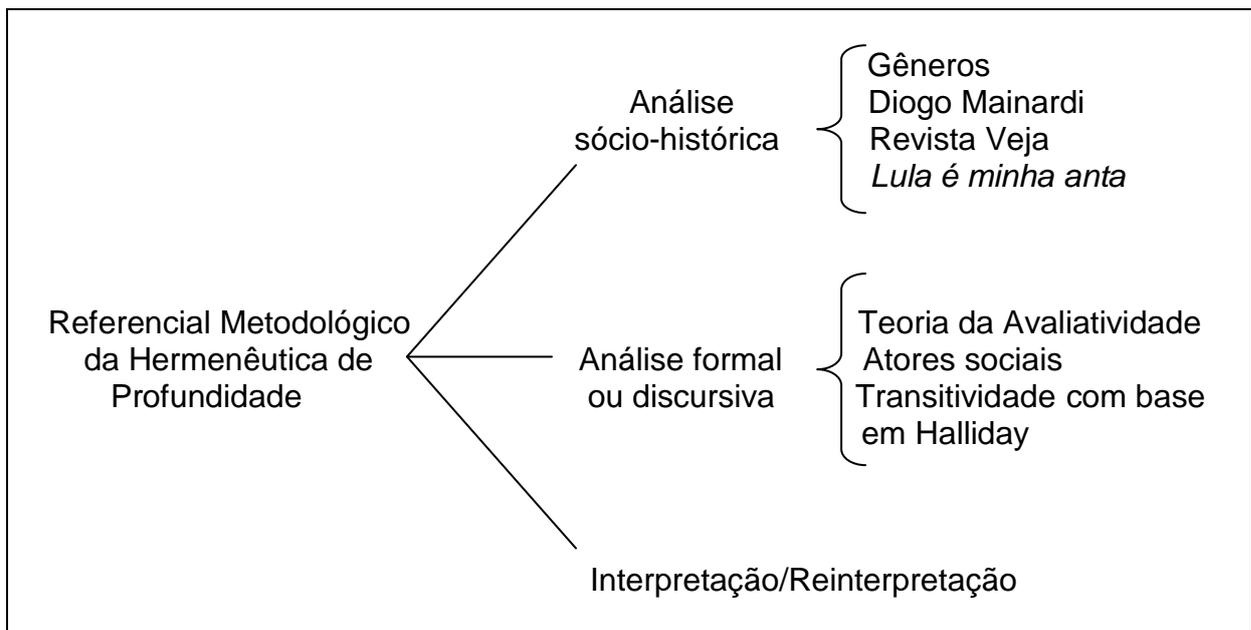


Figura 3 – Formas de Investigação Hermenêutica de Thompson adaptadas a esta pesquisa

Esclarecidas as etapas desta pesquisa, descrevemos a estrutura deste estudo. Decidimos organizá-lo em três capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais.

Inicialmente, neste trabalho, apresentamos dados que ajudaram na contextualização da pesquisa, quais sejam: sobre gêneros, sobre a Revista Veja, sobre nosso autor-referência, Diogo Mainardi, e sobre o livro de que foi extraído o *corpus*. Esses dados constituem o Capítulo 1 da dissertação. O Capítulo 2 é destinado à fundamentação teórica, no qual discutimos a categoria de Julgamento, as categorias de representação de atores sociais, as orações relacionais e a definição de *ethos*. No último capítulo, analisamos a representação social que é feita por Mainardi acerca do presidente Lula, de seu partido e governo, bem como a autorrepresentação que o autor delinea ao longo dos seus artigos. Por fim,

apresentamos os principais resultados do estudo nas Considerações Finais e também apontamos algumas das limitações e dificuldades que tivemos durante a pesquisa.

CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

No primeiro capítulo desta dissertação, discutiremos questões referentes à contextualização da pesquisa em termos da mídia, do gênero, do autor e do livro sujeito à análise. Destacamos aqui a importância do estudo do contexto para Halliday (1989). Para o autor, a noção de texto só existe quando associada a alguma situação particular, isto é, para o texto tornar-se uma unidade semântica – uma porção significativa da língua –, é necessário levar em conta não só os elementos textuais, mas também os extratextuais que ultrapassam as fronteiras linguísticas.

Egins (2004) reforça essa perspectiva quando afirma que todos os textos carregam consigo seus contextos, uma vez que todos os textos apontam para o contexto e dele dependem para sua interpretação. Neste sentido, a autora afirma que nós, como leitores, estamos sempre encontrando os traços do contexto no texto ainda que inconscientemente.

O contexto, termo primeiramente estudado por Malinowski, em 1923, divide-se em “contexto de situação” e “contexto de cultura”, segundo a abordagem sócio-semiótica da linguagem. O primeiro compreende o ambiente em que determinada atividade humana acontece mediada pela linguagem, ou seja, é o ambiente em que o texto é produzido; os diferentes contextos de situação compartilhados por um determinado grupo social constituem um contexto de cultura.

Há, conforme Halliday (1989), três variáveis que definem o contexto de situação: campo, relações e modo. Pela variável *campo*, entendemos a natureza da atividade social, o que está sendo promovido naquela situação de uso da linguagem e com quais propósitos; a variável *relações* diz respeito aos participantes da atividade e a conexão entre eles (quem são eles, que tipo de relação existe entre eles, qual a distância social entre eles, etc.); a variável *modo*, por sua vez, refere-se ao papel que a linguagem desempenha na interação, à maneira como ela se organiza no texto (se ela tem papel constitutivo ou auxiliar, se o canal da mensagem é gráfico ou fônico, se o meio de transmissão é falado ou escrito, etc.).

Em nosso trabalho, podemos delinear a seguinte configuração contextual: o campo se constitui na representação (via Revista *Veja*) que um jornalista brasileiro faz do presidente da República Luís Inácio Lula da Silva com o intuito de construir uma imagem deste; as relações se dão especialmente entre o jornalista Diogo

Mainardi e seus leitores; o modo é escrito, de onde se entende que a linguagem representa papel fundamental.

Dada a importância do contexto, conforme destacado, os desdobramentos desta pesquisa terão início a partir de uma contextualização acerca do veículo midiático *Veja*, da concepção de gênero adotada para este trabalho (bem como de gêneros jornalísticos e, particularmente, do artigo de opinião), do autor escolhido para a discussão e do livro objeto de nosso estudo.

1.1 Revista *Veja*

Começamos tratando de dados da revista *Veja*, cujas informações foram obtidas no *site* desta e confirmadas por sua equipe editorial via e-mail. Esses esclarecimentos só comprovam a notoriedade de *Veja* na sociedade brasileira e sua consequente capacidade de difusão de conhecimentos, crenças, valores e ideologias. A fim de ratificar isso, citamos Boas (1996), que discute características da revista semanal:

Ao dispor de um tempo maior para informar, analisar e interpretar o fato, a revista semanal de informações não busca extremos de imparcialidade. Além do mais, a imparcialidade é um mito da imprensa diária. Um mesmo texto pode conter informação, análise, interpretação e *ponto de vista*. Outra característica da revista semanal de informações é assumir mais declaradamente o papel de formadora de opinião. O texto é decorrência disso. (BOAS, 1996, p. 34)

A Revista *Veja* é uma revista semanal brasileira publicada pela Editora Abril. Segundo o editor Roberto Civita, *Veja* tem a missão de ser a principal publicação brasileira em todos os sentidos, isto é, em termos de circulação, faturamento publicitário, assinantes, qualidade, competência jornalística. A missão da revista está diretamente associada a “sua *insistência na necessidade de consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil* [grifo nosso]. Ela existe para que os leitores entendam melhor o mundo em que vivemos”.

A primeira edição de *Veja* foi datada de 11 de setembro de 1968, com tiragem de 695.000 exemplares, distribuídos por todos os estados brasileiros. Esse número caiu em seguida para perto de 500.000 exemplares. Levava toda a década seguinte para que a revista atingisse, nos anos 90, o número de um milhão de exemplares. Em 2007, de acordo com dados fornecidos pela revista, a tiragem semanal (média)

era de cerca de 1.200.000 exemplares, e o total estimado de leitores de *Veja*, por semana, era de cerca de 7.500.000 (em média, seis leitores por exemplar).

A revista aborda temas nacionais e internacionais, como política, economia, cultura e comportamento. Seus textos são elaborados, em sua maior parte, por escritores e jornalistas, dentre os quais está Diogo Mainardi, nosso autor-referência, que semanalmente publica um artigo de opinião.

Antes de tratarmos de outros elementos importantes que ajudam a contextualizar nossa pesquisa, esclareceremos a noção de gênero que adotaremos aqui, bem como o que entendemos por gêneros jornalísticos e também por artigo de opinião, gênero que constitui nosso *corpus*. Convém salientarmos que o estudo de gêneros não é o foco específico deste trabalho.

1.2 Gêneros textuais

Há alguns anos, o estudo de gêneros textuais tem possibilitado uma abordagem de linguagem diferente daquela que a considera à parte da sociedade. Os estudos a esse respeito tiveram início especialmente com a divulgação das obras de Bakhtin e demais membros do Círculo. Hoje há muitas pesquisas em torno do assunto e, no entanto, ainda restam questões a serem resolvidas.

Devido à grande diversidade de definições de gêneros textuais existentes atualmente, que obedecem a diversas perspectivas teóricas, decidimos optar pelo “conceito primeiro”, quer dizer, por aquele que efetivamente deu início à problemática dos gêneros do discurso. Afinal de contas, de acordo com Rojo (2005), estudiosos da linguagem pertencentes não só à linguística aplicada, mas também à análise da conversação, à linguística textual e ao interacionismo sociodiscursivo procuram estabelecer diálogos com a obra de Bakhtin: “todas mencionam a obra de e estabelecem uma aproximação – não isenta de repulsão e, logo, polifônica – com o discurso bakhtiniano” (p. 193). Assim sendo, nosso conceito de gênero textual, neste trabalho, vai retomar os conceitos de Bakhtin.

Segundo Rojo (2005), as primeiras manifestações do autor acerca de gêneros textuais apareceram já em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, datado de 1929:

(...) cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comuniação sócio-ideológica. A cada grupo de formas pertencentes ao mesmo gênero, isto é, a cada forma de discurso social

corresponde um grupo de temas. Entre as formas de comunicação (...), a forma da enunciação (...) e enfim o tema existe uma unidade orgânica que nada pode destruir. (BAKHTIN, 1999, p. 43)

Como vemos, Bakhtin já adianta alguma definição de gênero textual antes de escrever “Os gêneros do discurso” de 1953 (publicado somente em 1979), mas é na *Estética da criação verbal* que o autor se detém a explicar melhor este conceito. Para Bakhtin (2000), há uma tipificação social dos enunciados que constituem as atividades humanas e eles apresentam certas regularidades que permitem seu reconhecimento pelos falantes no momento da interação. O que constitui um gênero textual é justamente essa conexão com uma situação social partilhada por indivíduos socialmente organizados e não somente as propriedades formais mais ou menos estáveis que fazem parte de qualquer atividade humana.

De acordo com Bakhtin, a linguagem representa o principal meio pelo qual integrantes de uma dada sociedade partilham conhecimentos e vivências. Ele acredita que a realidade fundamental da língua é sua característica dialógica, ou seja, em qualquer situação comunicacional há sempre a participação de, pelo menos, dois participantes – um emissor (aquele responsável pela mensagem) e um destinatário (a quem se dirige a mensagem produzida), este sempre existente, ainda que não explicitamente declarado. Sendo assim, todo texto é dialógico, porque os significados são construídos pela interação com o outro nos vários contextos sociais.

Conforme Bakhtin (2000, p. 279), cada esfera da comunicação humana apresenta um repertório de gêneros textuais, orais e escritos, que constituem tipos relativamente estáveis de enunciados. A heterogeneidade constitutiva dos gêneros reflete a menor mudança social, deixando transparecer, portanto, o dinamismo das práticas sociais e dos sujeitos também sociais, que desenvolvem estilos próprios de relacionarem-se com a língua, conforme seus propósitos.

Logo, a partir de Bakhtin, entendemos que os gêneros textuais são modos de um sujeito particular entender a realidade e interpretar o mundo; a variedade de gêneros representa concepções diferentes de como os sentidos são criados e reproduzidos em contextos sociais específicos, que buscam atender a determinados intuitos discursivos. Dentro das possibilidades da língua e de estratégias que considere eficazes, o autor procura fazer valer uma convicção, um

juízo, um sentimento em relação a um assunto de seu interesse a partir de um gênero textual que realize seus propósitos comunicativos.

Para Bakhtin (2000, p. 281), os gêneros do discurso podem ser caracterizados em *primários* e *secundários*. Primários seriam aqueles que fazem parte das esferas do cotidiano, típicos da modalidade oral da linguagem; os secundários surgem em situações sociais mais complexas e evoluídas (discursos, da ciência, da arte, da política, etc.), típicas da modalidade escrita da linguagem.

Além da classificação em gêneros primários e secundários, Bakhtin (2000, p. 284) apresenta as três dimensões constitutivas de qualquer gênero textual entendidas como tema, composição e estilo, determinadas pela “apreciação valorativa” do locutor em relação ao assunto de que trata e em relação ao seu interlocutor. Esses elementos se imbricam no texto em uma configuração determinada pelas especificidades das práticas sociais. O *tema* diz respeito ao objeto discursivo e também à finalidade discursiva do gênero; a *composição* se refere à construção composicional, ou seja, à forma como os enunciados são organizados e dispostos no gênero; por fim, o *estilo* se relaciona mais especificamente ao locutor, retratando os recursos léxicos e gramaticais de que se utiliza para exprimir seus intuítos discursivos.

Seguindo os pressupostos bakhtinianos, Rodrigues (2005) acredita que cada gênero textual envolve uma perspectiva espacial e temporal, bem como um horizonte temático e axiológico. Em outras palavras, a autora afirma que os gêneros são particulares à medida em que cada um pertence a uma esfera social, a uma dada situação de interação e a um determinado momento histórico; da mesma forma, cada gênero textual tem seu tema e sua finalidade ideológico-discursiva. Rodrigues (2005) defende a ideia de que há uma concepção diferente de autor e de destinatário nos diversos exemplares de gêneros que medeiam nosso dia-a-dia. Acreditamos ser válido citar a autora ao comentar a perspectiva de gênero textual para o locutor e para o interlocutor que se encontram em situação de interação e partilham de uma mesma prática discursiva/social:

Para o falante, os gêneros constituem-se como “índices” sociais para a construção do enunciado (quem sou eu, quem é o meu interlocutor, como este me vê, o que dizer, como dizer, para que etc.). Para o interlocutor, os gêneros funcionam como um horizonte de expectativas (de significação), indicando, por exemplo, a extensão aproximada da totalidade discursiva,

sua determinada composição, bem como os aspectos da expressividade do gênero e do enunciado. (RODRIGUES, 2005, p.166)

Por último, convém salientar que a linguagem só se realiza em gêneros textuais e que, portanto, há tantos gêneros quanto o número de atividades que permitem a comunicação humana. Logo, sempre há novos gêneros sendo criados e outros sendo substituídos em função das situações de interação.

Para darmos continuidade ao nosso estudo, agora determinada a nossa concepção de gênero, partimos para a discussão da questão dos gêneros jornalísticos e, após, mais especificamente do artigo. Para isso, adotaremos, na próxima seção, as definições de Bonini (2003, 2005) e Melo (1994).

1.2.1 Gêneros jornalísticos

Há escassez de informações e pesquisas sobre os gêneros textuais que compõem a imprensa brasileira (BONINI, 2003). Embora esse estudo tenha comprovada relevância social – os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (BRASIL, 1998) apontam-no como fundamental ao currículo escolar – pouco sabemos sobre quais são e como são esses gêneros. Os manuais didáticos de jornalismo pouco discutem os vários gêneros que compõem o jornal e, em razão disso, pouco podem nos informar sobre essa variedade e suas peculiaridades.

Segundo Melo (1994), historicamente, o jornalismo tem como princípio maior fornecer informações, de onde se entende a preocupação com o relato dos fatos, sua apreciação, seu julgamento. A instituição jornalística assume o papel de observadora da realidade e atribui ao jornalista o registro dos fatos e a divulgação destes à sociedade. O jornalista e a instituição não só expõem as notícias, como também reagem diante delas, difundindo opiniões e chamam atenção para os participantes desse processo de informação e difusão de opiniões: “de um lado, [estão] as instituições jornalísticas, e de outro as coletividades em que atuam, articulando-se necessariamente com o organismo social de que se nutrem e transformam” (p. 36-37).

Em vista disso, para o autor, o jornalismo hoje se articula em função de dois núcleos de interesse: a informação e a opinião. A informação orienta o leitor sobre o que acontece no mundo, e a opinião o orienta a respeito do que o jornalista e a

instituição jornalística pensam sobre esses acontecimentos. Melo, então, acrescenta:

[...] Daí o relato jornalístico haver assumido duas modalidades: a descrição e a versão dos fatos. [...] Reside aí a bifurcação que identificamos no bojo do relato jornalístico e que chamaremos [...] de *jornalismo informativo* e de *jornalismo opinativo*. (MELO, 1994, p. 63)

Identificamos, pois, as duas formas de jornalismo apontadas por Melo, as quais adotaremos a partir deste momento. O autor tece algumas considerações muito esclarecedoras, especialmente em relação ao jornalismo opinativo, o qual nos interessa mais especificamente para alcançar o objetivo deste trabalho. Para Melo (1994, p. 38), as categorias de jornalismo informativo e opinativo se diferenciam “pela necessidade sociopolítica de distinguir os fatos das suas versões”. Enquanto o jornalismo informativo registra a “eclosão e evolução” dos acontecimentos (*variáveis imediatismo*) e é regido pela relação entre jornalista e protagonista do evento, o jornalismo opinativo é regido pelas *variáveis autoria e angulação*, isto é, pela opinião do jornalista e pela perspectiva temporal-espacial referida.

Além de Melo, Bonini (2003, 2005) também se preocupa em estudar o jornal e os gêneros que nele circulam. Ele categoriza os gêneros do jornal quanto à maior ou menor proximidade dos propósitos principais do jornal. Segundo ele, estas categorias não explicam o gênero diretamente, mas sim o processo social e de linguagem em que ele está envolvido. Desse modo, busca descrever o gênero pelo modo como ele funciona no jornal.

Bonini (2003, 2005) distingue, então, gêneros *centrais* de *periféricos*. Os gêneros centrais relacionam-se diretamente à organização e aos objetivos do jornal de relatar, prever e analisar acontecimentos. Os periféricos, por sua vez, estão relacionados aos propósitos sociais e comunicacionais do jornal, como os de promover produtos e pessoas, divertir, educar, etc. O autor inclui nesses gêneros o informe publicitário, a crônica, o horóscopo, as palavras cruzadas e outros.

Conforme Bonini (2003), os gêneros centrais são divididos em centrais *presos*, aqueles que estruturam o jornal, e centrais *livres*, os quais “fazem o jornal funcionar” (p. 221). O autor ainda identifica dois tipos de gêneros centrais livres: os *conjugados* e os *autônomos*. Estes são os que normalmente aparecem como unidades textuais independentes ou predominantes em um bloco de textos como,

por exemplo, a notícia, a reportagem, o artigo, o comentário e até mesmo a tira, o cartum, a charge. Os gêneros conjugados ocorrem, em geral, como apêndice dos autônomos, como o gráfico, o mapa, a tabela, a referência bibliográfica.

Apesar desta clara distinção feita entre os gêneros do jornal, Bonini atenta para as divergências encontradas entre os teóricos da área ao definir alguns dos textos comuns da prática jornalística, como é o caso da coluna. Neste ponto há consenso entre especialistas quanto à pluralidade da definição deste termo. Para Melo (1994, p.135), “a caracterização do colunismo na imprensa brasileira dá margem a ambiguidades”. O próprio autor acredita haver uma tendência geral em chamar de coluna toda seção fixa. Já Bonini (2003) e Rabaça & Barbosa (1978) aproximam-se na caracterização da coluna, admitindo-a como um espaço do jornal ou da revista onde circulam vários gêneros – inclusive o artigo.

Diante dessas breves considerações sobre os gêneros jornalísticos, julgamos importante agora caracterizarmos o gênero no qual se realizaram as representações estudadas nesta pesquisa – o artigo de opinião.

1.2.1.1 Gênero artigo de opinião

Segundo exemplos trazidos por Melo (1994), o jornalismo informativo tem como representantes a nota, a notícia, a reportagem e a entrevista, e o jornalismo opinativo tem o editorial, o comentário, o artigo, a resenha, a coluna, a crônica, a caricatura e a carta como representantes. Nesse sentido, o gênero com o qual trabalhamos passa a ter lugar na categoria de gêneros do jornalismo opinativo.

Rabaça & Barbosa (1978) definem o artigo de opinião da seguinte forma:

Texto jornalístico interpretativo ou opinativo, mais ou menos extenso, que desenvolve uma ideia ou comenta um assunto a partir de uma determinada fundamentação. Geralmente assinado, o artigo difere do editorial por não apresentar enfaticamente, como este, uma “receita” para a questão em pauta, nem representar necessariamente a opinião da empresa jornalística. (RABAÇA & BARBOSA, 1978, p.25)

Melo (1994) identifica duas significações para o gênero artigo: a primeira que diz respeito ao senso comum – que acredita que qualquer matéria publicada em jornal ou revista é um artigo; a segunda significação é aquela que considera o artigo como uma forma de expressão verbal, que constitui um gênero específico, peculiar às instituições jornalísticas. Trata-se de uma matéria na qual alguém desenvolve

uma ideia e apresenta sua opinião. Dependendo do veículo em que é publicado, apresenta uma característica redacional, não havendo, pois, um padrão uniforme para sua concepção.

Em geral, o responsável pela redação dos artigos tanto pode ser um jornalista, funcionário regular de uma instituição, quanto pode ser um colaborador convidado a escrever sobre assunto de sua competência. O fato é que o artigo confere liberdade completa ao seu autor em relação ao tema, ao juízo de valor emitido e também em relação ao modo de expressão verbal. De acordo com Melo (1994, p. 122), a presença do articulista na imprensa brasileira tem papel significativo, pois “contribui para dinamizar a vida do jornal ou da revista”; à medida que ele não só expõe um fato, mas o faz de acordo com seu ponto de vista, ele introduz “diferentes prismas para analisar a conjuntura e traz novas informações e ideias para completar a crítica do cenário sociopolítico”.

O jornalismo europeu, norte-americano, anglo-saxão e espanhol caracterizam seus artigos de diferentes maneiras. Melo aproxima a caracterização espanhola da brasileira, utilizando-se de um conceito de Martín Vivaldi, o qual define o artigo como sendo “de conteúdo amplo e variado, de forma diversa”, no qual o articulista “interpreta, julga ou explica um fato ou uma ideia atuais, de especial transcendência”, segundo sua conveniência (MELO, 1994, p.117).

Ainda citando Vivaldi, Melo atenta para dois elementos específicos do artigo jornalístico. O primeiro (*atualidade*) trata do dever do articulista de escrever sobre um fato ou ideia da atualidade, restringindo-a não só ao cotidiano, mas ao momento histórico vivido, ou seja, cabe a ele escrever sobre as dimensões menos efêmeras dos acontecimentos, diferenciando, assim, o artigo do comentário. Enquanto o comentário é produzido por jornalistas que analisam os fatos imediatamente após sua ocorrência, o artigo é normalmente feito por colaboradores que apreendem as dimensões menos óbvias e mais permanentes. Em outras palavras, ainda que o articulista tenha certa liberdade de conteúdo e forma, o tema de sua redação não poderá fugir da apreciação de fatos da atualidade e suas dimensões sócio-históricas, não apenas a apreciação do fato em si.

Além da atualidade, o segundo e mais importante elemento que Vivaldi destaca como específico do artigo jornalístico é a *opinião*. Para ele, a significação maior do gênero está contida no ponto de vista que alguém expõe, e este deve estar claramente apresentado; da mesma forma, a avaliação dos fatos pode até estar

eventualmente escondida na argumentação (como por vezes ocorre no comentário), mas deve estar presente. Logo, o leitor, ao se propor à leitura de qualquer artigo, procura exatamente saber o que o articulista pensa e como ele reage a algum acontecimento atual (MELO, 1994, p. 118).

Ao fim dessa breve explicação sobre o gênero artigo de opinião, reforçamos sua natureza sócio-ideológica e seu caráter retórico, que adquirem ainda mais força dependendo do veículo de comunicação e também do autor do texto. Como já falamos sobre a revista *Veja* – o meio de divulgação dos artigos que constituem o *corpus* desta pesquisa – resta-nos discutir um pouco a respeito do autor Diogo Mainardi.

1.3 Diogo Mainardi

Diogo Briso Mainardi nasceu em São Paulo, no dia 22 de setembro de 1962. É escritor, produtor, roteirista de cinema e colunista. Nos últimos anos, tornou-se um conhecido nome do jornalismo brasileiro, principalmente devido à ampla divulgação de sua coluna na revista *Veja*. Quando passou a contar com uma coluna semanal, em 1999, os principais temas dos quais tratava giravam em torno de Literatura e Arte. Passou três anos escrevendo sobre Cultura. Em 2002, abandonou esse tema e passou a tratar de política e economia. A partir de então, começou a tecer críticas à sociedade brasileira e às tendências políticas em geral.

Mainardi é declaradamente um crítico do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, fato que nos ajuda a prever sua orientação valorativa nos artigos a serem analisados. Sua estratégia retórica é geralmente baseada na desconstrução do senso comum, pondo-o em questionamento. O público leitor de Mainardi compartilha, em geral, o mesmo meio sociocultural que ele, de modo que o autor parece conhecer melhor as maneiras de atingir seus leitores e fazê-los refletir sobre o que está sendo colocado em discussão.

Hoje Mainardi tem uma coluna semanal com o seu nome, na qual emite sua opinião sobre os mais diferentes assuntos relacionados ao Brasil e ao mundo. Por ser um crítico do governo Lula, seu assunto preferido é o presidente, seu governo e os acontecimentos que envolvem seu partido político.

Uma Carta ao Leitor de *Veja*, publicada em 18 de junho de 2003, intitulada *Quem é Diogo Mainardi*, ajuda-nos a caracterizar nosso articulista e seu estilo de escrita, o que poderá ser comprovado posteriormente, na análise de seus textos.

Diogo é um sucesso para o bem e para o mal. Muitos leitores o amam e outros tantos o odeiam. Difícil mesmo é ficar indiferente ao que ele escreve. Diogo gosta de demolir lugares-comuns e de lançar um olhar provocativo sobre as unanimidades nacionais. (adaptado da Carta ao Leitor da edição 1807 da revista *Veja*)

Diante do exposto, vale dizer que a escolha do autor dos textos opinativos a serem analisados partiu especialmente da representatividade social de Mainardi e de sua reconhecida identidade problematizadora. Entendemos também que, em decorrência disso, o autor pode estabelecer um poder de influência muito maior sobre os leitores, se comparado a qualquer outro articulista, de qualquer outro veículo midiático.

Em um curioso artigo datado de 16 de junho de 2004, Mainardi comenta o "diogomainardismo", ou seja, seu próprio estilo de ser e de escrever. Verificamos abaixo alguns trechos do artigo de *Veja*:

Assim como o termo malufismo ganhou a conotação de desvio de dinheiro público, diogomainardismo pode ser definido como uma difamação espalhafatosa na tentativa de chamar atenção. Foi com esse significado nada lisonjeiro que meu nome entrou para o dicionário. Acompanhado por adjetivos como derrotista, frustrado, invejoso, ególatra, leviano, oportunista, mal-humorado. Pouco importa que eu não me reconheça na descrição. Diogo Mainardi se tornou uma entidade maior do que eu. [...] O epíteto Diogo Mainardi é aplicado a qualquer coitado que reclame publicamente de alguma coisa. [...] Atribuíram-me o monopólio do protesto. Desse modo, qualquer um que proteste é automaticamente associado a mim, com tudo o que isso tem de negativo.

Como vemos, o autor se utiliza de definições e caracterizações que terceiros atribuem a ele, mas deixa claro que não se reconhece nessas descrições. Mainardi é associado a todo tipo de protesto, especialmente àqueles contra Lula e o governo brasileiro, como é possível entender a partir do trecho seguinte do artigo:

A eleição de Lula representou o triunfo do diogomainardismo. Peguei no pé do presidente desde os primeiros tempos, para contrastar a euforia plebiscitária que se formou ao seu redor. Agora a euforia passou. As pessoas se encheram de Lula e, conseqüentemente, encheram-se de mim, identificando-me como uma espécie de parasita do insucesso petista. Cresci como um verme solitário na barriga do governo, alimentando-me da figura de bom selvagem de Lula, com seu palavreado primário e sua malandragem brasileira. Quando Lula acabou, acabei junto. Virei um palavrão. Daqui a alguns anos, por sorte, ninguém mais se lembrará de

nós. (adaptado do artigo *O diogomainardismo*, da edição 1858 da revista *Veja*)

No que diz respeito ao *ethos* discursivo de Mainardi, conceito que será abordado adiante, cabe-nos atentar para o fato de que ele mesmo se define e caracteriza ao longo dos textos. No *corpus* selecionado, encontramos autorreferências diversas, donde podemos, já pelo título de certos artigos, depreender não só a visão que o articulista tem dele mesmo, como também verificamos a maneira como ele constrói sua identidade para o público-leitor, que passa a consumir essa imagem.

Alguns exemplos de títulos de artigos que constituem nosso *corpus* e que, de alguma forma, contribuem para que antecipadamente formemos o *ethos* discursivo de Diogo Mainardi são: “O oráculo de Ipanema”, “Um golpista sem farda”, “Confie em mim”, “Pedi o *impeachment* de Lula”, “O fim de Lula. E o meu”, “Voto de nariz tapado”. Com base nesses exemplos, sem nem mesmo precisar ler qualquer dos artigos, podemos fazer certas afirmações quanto à projeção que Mainardi faz de si mesmo e quanto ao seu posicionamento em relação à figura do presidente da República.

Percebemos a autossuficiência com que o autor se inscreve nos discursos e a valoração negativa que ele atribui ao presidente Lula, ao mesmo tempo que lhe confere grande importância. Essa importância se verifica, por exemplo, no fato de Mainardi dedicar a Lula a maior parte de seus artigos; quando o assunto não é especificamente o presidente, gira em torno dos escândalos de corrupção de que seu governo é alvo. Esses temas constantemente inspiram novas críticas e consequentes artigos para *Veja*.

É conveniente lembrar que, de acordo com Fairclough (1995), a mídia reconhecidamente exerce influência sobre as massas, à medida que incute ideias e dita padrões sociais e culturais por meio dos discursos que veicula. Mainardi certamente conta com a capacidade de persuasão que tem a mídia impressa de veicular e propagar ideologias. Até porque não podemos perder de vista que seus artigos fazem parte de uma revista que, conforme defende a editora (no *site* de *Veja*), é a revista de maior circulação no Brasil, e a quarta maior revista semanal de informação do mundo, sendo superada apenas pelas americanas *Time*, *Newsweek* e *U.S. News and World Report*.

Tal é a percepção de Mainardi em relação ao poder da mídia – mais claramente da Revista *Veja* – e de sua capacidade de difundir visões de mundo, que o autor selecionou alguns dos artigos publicados na revista para comporem seu último livro, lançado em 2007, e que constituem o *corpus* desta pesquisa.

1.3.1 *Lula é minha anta*

Trataremos um pouco do livro *Lula é minha anta* para que possamos delinear o perfil de Diogo Mainardi, bem como seu tom e estilo discursivo que perpassam todos os textos com os quais trabalharemos na análise. Julgamos importante discutir isso porque cremos que a representatividade social bastante expressiva de Mainardi se justifique justamente por ele adotar um estilo diferente da maioria dos colunistas brasileiros, especialmente quando escreve sobre assuntos considerados delicados, mas de interesse público, como é o caso da política.

O fato de o autor adotar uma postura tão clara e incisivamente contrária ao presidente, seu partido e governo – e tantas outras figuras importantes do quadro político nacional – fazem dele o jornalista mais discutido, mais polemizado, mais amado ou odiado. Não só o público-leitor de *Veja* (conforme evidenciam as cartas de leitor), mas também os próprios personagens que são alvo das críticas, tem-no como personagem problematizadora – o autor, inclusive, responde a alguns processos criminais movidos por eles .

Diogo Mainardi é autor de quatro romances, dois roteiros cinematográficos e duas coletâneas de artigos publicados em *Veja: A Tapas e Pontapés* e, agora, *Lula É Minha Anta*. Este, do qual retiramos os segmentos analisados nesta pesquisa, reúne artigos publicados entre março de 2005 e setembro de 2007. Segundo Mario Sabino (2007), amigo e responsável pela divulgação do livro na revista *Veja*, “é a história do mensalão¹ vista pela ótica do Diogo. [...] É, no todo, uma ótima crônica sobre a quadra mais espantosa da democracia brasileira”. O amigo assim caracteriza Mainardi:

Em 1980, o Diogo mudou-se para uma quitinete no centro de São Paulo. O lugar era meio sórdido. Numa das paredes do apartamento, acima da cama permanentemente desarrumada, ele pichou a frase "De omnibus

¹ O termo “mensalão”, segundo o site www.wikipedia.org, é uma variante da palavra "mensalidade" usada para se referir a uma suposta "mesada" paga a deputados para votarem a favor de projetos de interesse do Poder Executivo. Esta expressão será retomada posteriormente, nas análises deste trabalho.

dubitandum est" ("Duvide de tudo"), mote latino que guiava o francês René Descartes. Troque-se o "tudo" por "políticos" e eis o cerne do pensamento mainardiano. Por isso acho engraçado quando ouço um político falar que é "amigo do Diogo". O Diogo não tem amigos políticos. Hoje bate nos petistas como amanhã espancará os tucanos, caso o PSDB volte ao Planalto. "Encaro como um serviço de utilidade pública", diz ele [Mainardi]. (adaptado de SABINO, 2007, na edição 2030 da revista *Veja*)

A orelha do livro foi escrita pelo autor e retrata bem o estilo de escrita de Mainardi, o tom irônico que se confirma em todos os artigos. Além disso, confirma a descrição que Sabino (2007) fez quando escrevia à *Veja* sobre *Lula é minha anta*.

Quem melhor definiu Lula foi o próprio Lula. Ele disse: "Não fui eleito presidente por méritos pessoais ou como resultado da minha inteligência". Eu, que sempre falei mal dele, fui obrigado a aplaudir. Ele realmente não foi eleito por méritos pessoais ou como resultado de sua inteligência. Há quem me acuse de ter motivos pessoais para amolar Lula. Bobagem. Tenho tanto interesse por Lula quanto pelo zelador do meu prédio. O motivo de minha impicância é público. (MAINARDI, 2007)

Esse trecho vai ao encontro do que a equipe editorial de *Veja* publicou a respeito de Mainardi na Carta ao Leitor a qual mencionamos na seção anterior ("Diogo gosta de demolir lugares-comuns e de lançar um olhar provocativo sobre as unanimidades nacionais"). No fragmento citado, percebemos a disposição do autor em destruir a imagem do presidente da República. Chama a atenção também a naturalidade com que ele faz isso, própria de seu estilo e recorrente nos artigos analisados.

Em um dos artigos de *Lula é minha anta*, o autor fez questão de comentar sobre os processos pelos quais respondia (em dezembro de 2006): "Atualmente, respondo a seis processos criminais e cerca de uma dúzia de cíveis. Um mais grotesco do que o outro. A Justiça sabe disso. Tanto que meu retrospecto legal é altamente positivo. Só nesta semana meus advogados ganharam duas causas." (MAINARDI, 2007, p.163)

Depois de apresentar essas primeiras declarações acerca de Mainardi, restamos ratificar o que já dissemos sobre ele e sua prática discursiva, bem como atentar sobre a maneira como ele se inscreve no próprio discurso e como ele faz referências ao presidente Lula. Isso ficará claro na medida em que apresentarmos a análise dos artigos que constituem nosso *corpus*. Antes disso, porém, devemos discutir os fundamentos teóricos que serviram de base para a análise linguística desta pesquisa, os quais são apresentados no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA PESQUISA

2.1 Teoria da Avaliatividade

Conforme Bakhtin (1999), toda atividade de linguagem é acompanhada por um acento apreciativo determinado, e apenas os elementos abstratos considerados no sistema da língua é que se apresentam destituídos de qualquer valor apreciativo. Logo, podemos considerar a linguagem como prática social, uma vez que as escolhas lexicais de qualquer falante/escritor não só refletem juízos de valor, como também são determinadas socialmente, o que significa dizer que atividades, sujeitos, relações sociais, crenças e ideologias são partilhados.

Bakhtin acredita que o discurso escrito é, de certa maneira, parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala, porque “ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc.” (1999, p.123). Para ele, o indivíduo que escreve tem um *auditório social* próprio bem estabelecido e, com base nele, constrói suas deduções interiores, suas motivações, apreciações. Ao mesmo tempo, todo real da comunicação verbal também requer do ouvinte o que Bakhtin chama de *atitude responsiva-ativa* e, por conseguinte, um juízo de valor por parte deste, que garanta a compreensão do todo do enunciado. Uma vez que o enunciado é produzido num contexto que é social, podemos dizer que sempre pressupõe um diálogo, uma relação entre pessoas. Em textos de opinião, em particular, o autor procura prever as posições do interlocutor ao ler seu texto.

Já que em qualquer discurso há um tom avaliativo, decidimos, neste trabalho, analisar linguisticamente o discurso mainardiano sob o ponto de vista da *Appraisal theory* australiana. Em língua portuguesa, há duas traduções para o termo *appraisal*: valoração e avaliatividade. Nesta pesquisa, utilizaremos o conceito de Teoria da Avaliatividade. Essa foi uma das teorias que serviram de base para o estudo da materialidade linguística desta pesquisa, uma vez que é empregada para analisar a avaliação e a perspectiva em textos. Ela se desenvolveu a partir da gramática funcional de Halliday e foi construída por pesquisadores de Sydney, dentre os quais destacamos Martin & White (2005).

A Teoria da Avaliatividade considera fundamental explorar em que contextos, por quais meios linguísticos e com quais objetivos um escritor transmite julgamentos de valor. Para dar conta de avaliar a perspectiva em qualquer texto, Martin & White (2005) dividem a avaliatividade em três domínios: Atitude, Engajamento e Gradação. A Atitude, por sua vez, é ainda subdividida em três categorias, quais sejam: Afeto, Julgamento e Apreciação, como vemos na Figura 4.

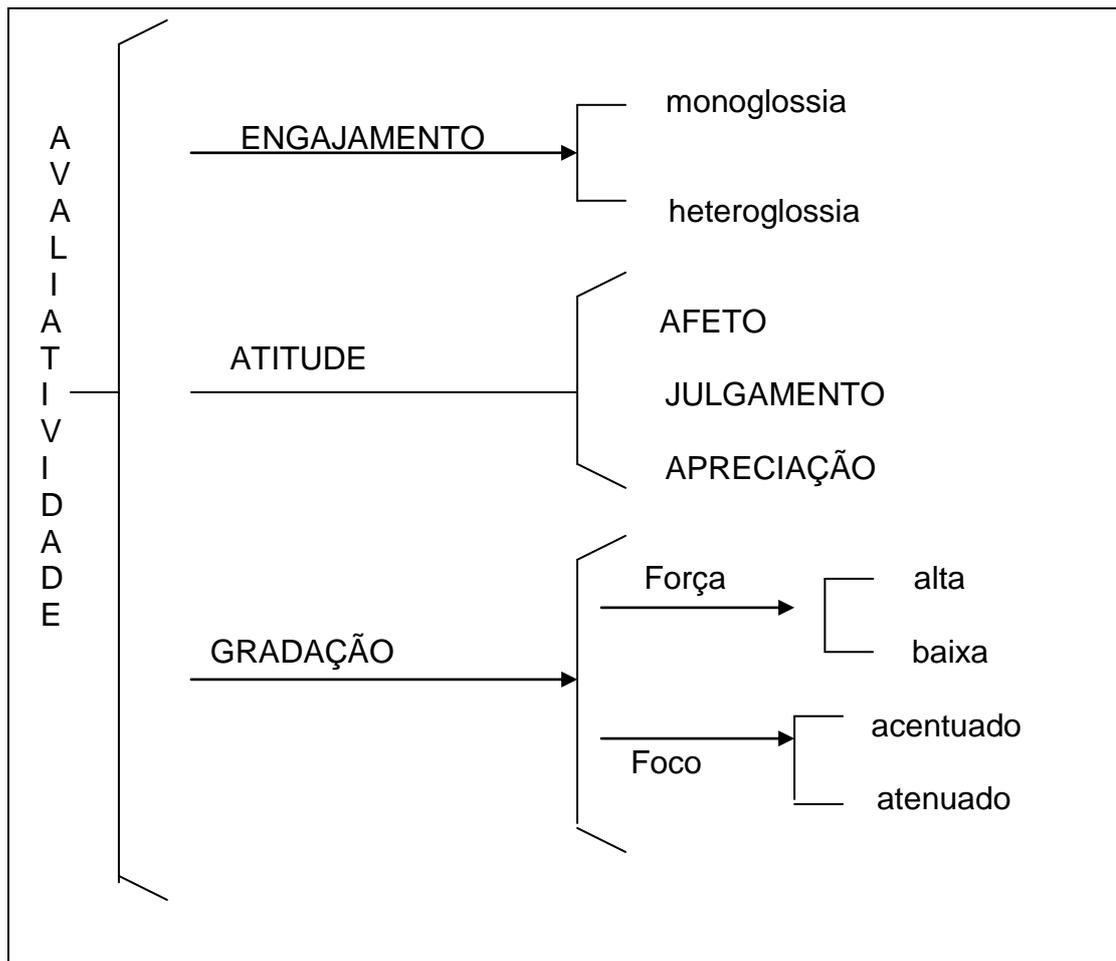


Figura 4 – Categorias da Teoria da Avaliatividade adaptada de MARTIN & WHITE, 2005, p. 38.

O Afeto avalia significados associados às emoções positivas ou negativas suscitadas não só no falante/escritor, como também em terceiros. O Julgamento indica visões positivas ou negativas do falante/escritor em relação a comportamentos humanos. A Apreciação, por sua vez, avalia positiva ou negativamente as qualidades estéticas de objetos, seres, fenômenos, ou seja, suas propriedades objetivas.

A partir de agora, comentaremos em maiores detalhes a categoria de Julgamento, que é a categoria que se tornou mais evidente ao longo da análise dos

artigos de opinião de Diogo Mainardi. Como vimos, o Julgamento refere-se à avaliação do comportamento dos indivíduos. Essa avaliação é feita com base em normas institucionalizadas pelo contexto no qual está sendo julgado este indivíduo. Em outras palavras, a aprovação ou condenação do comportamento é julgada em função de sua aceitabilidade por parte da comunidade na qual se insere o sujeito e das normas sociais ali vigentes. É avaliado o caráter de alguém, o quanto essa pessoa se aproxima das expectativas e exigências sociais.

Os Julgamentos são divididos, na Avaliatividade, em dois grupos: aqueles que lidam com a estima social, e aqueles orientados para as sanções sociais. Os julgamentos de *estima social* podem estar ligados à *normalidade* (até que ponto alguém é comum, estranho ou pouco usual?), à *capacidade* (quão capaz esse alguém é?) e à *tenacidade* (quão confiável e determinado ele se mostra?). Os julgamentos de *sanção social*, em contrapartida, se preocupam com a *veracidade* (quão honesto alguém é?) e com a *propriedade* (quão ético é o sujeito?).

Esses dois grupos de Julgamento nos indicam que há duas realidades em termos das penalidades que pode sofrer o indivíduo julgado negativamente nessas categorias: os julgados por estima social podem levar o indivíduo a ser rebaixado na estima de sua comunidade, porém não possuem implicações legais, a exemplo de: “O petismo é misterioso.” (MAINARDI, 2007, p.181).

As sanções sociais, por outro lado, são codificadas através de leis, regulamentos e normas (morais ou legais) produzidas por instituições de grande poder social, como, por exemplo, o governo, o sistema jurídico e até mesmo a igreja. Portanto, as sanções são passíveis de penalidades e punições convencionadas institucionalmente. Nosso *corpus* permitiu encontrar exemplos também deste tipo de julgamento, no qual os atores petistas são acusados de roubo: “Espalhamos que os petistas roubavam.” (MAINARDI, 2007, p.167).

É relevante salientar que as avaliações de estima e sanção social não se expressam necessariamente por adjetivos, mas também por verbos, advérbios, nominalizações e construções sintáticas selecionados pelo falante/escritor. Na figura apresentada por White (2004), a seguir reproduzida, os critérios de Julgamento são exemplificados apenas por adjetivos. Mesmo que as avaliações pertençam a outras classes, encontram equivalência em uma estrutura com adjetivo. As categorias de julgamento podem ser visualizadas na Figura 5:

Estima social	Positiva [admiração]	Negativa [crítica]
normalidade (costume) 'O comportamento do indivíduo é pouco usual, especial, comum?'	padrão, corriqueiro, médio...; sortudo, felizardo...; elegante, avant garde...	excêntrico, estranho, dissidente...; azarado, infeliz...; cafona, fora de moda...
capacidade 'O indivíduo é capaz, competente?'	habilidoso, inteligente, engenhoso...; atlético, forte, poderoso...; lúcido, centrado...	burro, lento, simplório...; desajeitado, fraco, sem coordenação...; insano, neurótico...
tenacidade (resolução) 'O indivíduo é confiável, bem disposto?'	corajoso, valente, heróico...; confiável, responsável...; incansável, decidido, perseverante	covarde, impetuoso, cabisbaixo...; pouco confiável, irresponsável...; distráido, preguiçoso, dispersivo...

Sanção Social	Positiva [elogio]	Negativa [condenação]
veracidade (verdade) 'O indivíduo é honesto?'	honesto, sincero, verdadeiro...; autêntico, genuíno...; franco, direto...;	falso, desonesto...; impostor, falso...; enganador, enrolador...
propriedade (ética) 'O indivíduo é ético, acima da crítica?'	bom, virtuoso...; respeitador das leis, justo...; carinhoso, sensível, respeitoso...	mau, imoral, lascivo...; corrupto, injusto...; cruel, mesquinho, bruto, opressor...

Figura 5 – Categorias de Julgamento (WHITE, 2004, p. 188)

Essa figura facilitou o trabalho de identificação dos tipos de julgamento. Às vezes, dependendo do contexto, as distinções entre as categorias não ficam bem nítidas, mas o modelo foi um ponto de partida para as avaliações dos textos do *corpus*.

2.2 Categorias de representação de atores sociais

Partilhamos com Bakhtin a perspectiva dialógica da linguagem, a partir da qual concebemos que todos os enunciados são, por sua natureza, dialógicos, ou seja, são uma resposta a enunciados já-ditos e, ao mesmo tempo, suscitam uma resposta do seu destinatário. Há sempre, portanto, segundo Bakhtin (2000), o encontro de dois textos: do que está concluído e do que está sendo elaborado em reação ao primeiro; logo, há também encontro de dois sujeitos, de dois autores.

Com base nos pressupostos bakhtinianos, podemos entender que um locutor é capaz não só de prever o diálogo com o interlocutor, como também de utilizar a língua de modo a permitir uma maior ou menor interferência deste no seu discurso.

Isso quer dizer que o locutor pode permitir o diálogo com posições e vozes alternativas à sua, trazendo-as para seu discurso, ou, pelo contrário, pode provocar a dispersão, a restrição ou até mesmo o aparente apagamento de posições e vozes diferentes da sua, o que faz prevalecer a sua voz e a sua visão ideológica acerca do assunto em discussão.

Como aliadas do autor no sentido de fazer valer (pelo discurso) a sua visão de mundo e de sobrepor às outras a sua ideologia, existem estratégias de representação dos atores sociais envolvidos neste discurso. Em suas representações da sociedade, o autor de um texto pode expor ou esconder o ator social que toma parte no seu discurso e, dessa forma, pode fazer ouvir e fazer calar as vozes que constitutivamente a ele pertencem.

Representações sociais, para Guareschi (2000), são as representações de mundo que todo ser humano faz a partir de seu sistema cognitivo, mas que não se resumem a isso. Essas representações constituem um conjunto amplo de significados criados e partilhado socialmente (p. 70). Em outras palavras, uma representação social é, ao mesmo tempo, individual – pois necessita ancorar-se em um sujeito – e social, pois só é construída pela partilha de um sistema de crenças e valores que todos possuímos.

De acordo com van Leeuwen (1997), as representações incluem ou excluem atores sociais para servir aos interesses e propósitos do falante/escritor em relação aos ouvintes/leitores a quem se dirigem. O autor afirma que a exclusão, em particular, tem sido dada maior importância nos estudos da Análise Crítica do Discurso.

Algumas das exclusões poderão ser “inocentes”, porque se assume que os leitores já conhecem os atores ou que estes são considerados irrelevantes para a apreensão do texto; outras, contudo, estão diretamente relacionadas com a estratégia argumentativa do autor e merecem, portanto, ser avaliadas. É importante chamar a atenção para o fato de que os atores que são excluídos poderiam ter sido incluídos na representação.

Van Leeuwen (1997) acredita que, em algumas situações, a ausência de um ator social específico serve para dificultar ou até mesmo impedir o acesso ao conhecimento pormenorizado de alguma prática social que, se representada em detalhe, poderia comprometer tanto o autor da representação, como o alvo da representação. A questão é que, com a exclusão, a prática representada

provavelmente não será nem reexaminada, nem contestada pela maioria dos leitores; pelo contrário, será aceita como fato-verdade.

O teórico propõe diversas categorias de representação de atores sociais, das quais trataremos a seguir. Reiteramos, antes disso, que definiremos apenas algumas categorias, tendo em vista as especificidades do *corpus* selecionado para análise. Como já esclarecemos na descrição da metodologia, no capítulo introdutório, obedeceremos ao critério de relevância de determinadas categorias para a construção argumentativa feita pelo autor Diogo Mainardi. Melhor dizendo, trataremos daquelas que identificamos como estratégia da voz textual para servir a seu propósito comunicativo de (des)construir a imagem do presidente Lula, seu governo e partido.

Consideramos relevante analisar, neste estudo, duas subdivisões das categorias de exclusão de atores sociais – supressão e encobrimento – e oito subdivisões da categoria de inclusão – Ativação, Passivação, Generalização, Nomeação, Funcionalização, Coletivização, Impersonalização e Diferenciação. A definição dessas categorias é apresentada a seguir. Os exemplos utilizados para ilustração foram retirados dos textos que constituem nosso *corpus*.

Inicialmente se faz importante sabermos que as representações podem atribuir papéis ativos ou passivos aos atores. Segundo van Leeuwen (1997), quando os atores sociais são representados como *forças ativas e dinâmicas*, numa dada atividade, ocorre a **Ativação**; quando os atores são representados como se submetendo à atividade, ou como *sendo receptores dela*, ocorre a **Passivação**. Válido notificar que existem atores passivados Beneficiários, isto é, os atores sociais que se beneficiam de uma atividade, mesmo que indiretamente.

Temos os atores “criminalistas do petismo” como ativos em: “Os criminalistas do petismo argumentam que é bobagem aumentar o tempo de cadeia dos bandidos” (MAINARDI, 2007, p.27). Por outro lado, temos um ator passivo em: “Como nos tempos da ditadura militar, o noticiário será fiscalizado e eventualmente punido pelo governo” (MAINARDI, 2007, p.208). Neste segmento, o “noticiário” é o ator passivado, e o “governo” é o ator ativado.

Van Leeuwen identifica três formas de ativar ou passivar atores: participação, possessivação ou circunstancialização. Interessa-nos destacar apenas que: a participação é representada por participantes gramaticais – o Designador em orações relacionais, por exemplo, determina o participante ativado; a possessivação

é marcada especialmente por pronomes possessivos ou nominalizações pós-modificadas – como em “roubalheira petista”, em que sabemos ser o PT o ator ativado; finalmente, a circunstancialização aparece com termos preposicionados capazes de ativar ou passivar participantes – um exemplo é o agente da passiva, marcado, em geral, pela preposição *por*, que ativa atores.

Dentre as categorias de exclusão de atores sociais, van Leeuwen (1997) alerta para o **Encobrimento** e a **Supressão**. Há supressão quando não há qualquer referência ao ator social em qualquer parte do texto, o que nos permite, ao menos, contestar o que está sendo dito, uma vez que não há autoria para o discurso em questão. No **Encobrimento**, por outro lado, a exclusão não é total, porque, na verdade, os atores só não são mencionados em relação a uma dada atividade, mas são mencionados em outro lugar no texto, até mesmo na mesma oração, e nós conseguimos inferir com alguma certeza quem eles são.

Tanto a Supressão quanto o Encobrimento podem se realizar linguisticamente do mesmo modo. A realização clássica da exclusão de atores é através do *apagamento do agente da passiva*: “Se Lula ficar, a roubalheira será legitimada” (MAINARDI, 2007, p.43). Também há exclusão em *orações infinitivas (reduzidas)* que funcionam como um participante gramatical. Ainda destacamos as *nominalizações*, que permitem igualmente a exclusão dos atores sociais – funcionam como nominais, embora se refiram a atividades:

Na passagem “Lula, que deveria ter sido cassado, perdendo seus direitos políticos por vinte anos, ainda planeja se reeleger, por mais ilegítima que seja sua candidatura” (MAINARDI, 2007, p.69), há o apagamento do agente da passiva (quem deveria ter cassado Lula?) e também a supressão do ator que (i)legitima a candidatura do presidente Lula.

Por meio de outro exemplo retirado do *corpus*, chamamos a atenção para o que Halliday & Martin (1993) definem como *metáfora gramatical*: “A roubalheira petista é infinitamente maior do que aquilo que apareceu até agora.” (MAINARDI, 2007, p.33). A metáfora ocorre quando a oração aparece (re)escrita de modo que haja uma alteração nos elementos que expressam os processos (e as conjunções que relacionam um processo a outro), os participantes e as circunstâncias, isto é, quando estes constituintes da oração deixam de ser expressos, respectivamente, por verbos, grupos nominais e advérbios. Passa-se da “forma congruente” para a metáfora gramatical. A forma congruente da oração acima equivaleria, portanto, a:

‘Os petistas roubam infinitamente mais do que aquilo que apareceu até agora.’. Thompson (2004) identifica nas nominalizações as principais ocorrências de metáforas gramaticais.

Até agora, referimo-nos a estratégias que um locutor utiliza quando quer excluir atores sociais de um dado enunciado. Van Leeuwen (1997) também caracteriza categorias de inclusão de atores sociais, dentre as quais destacamos primeiramente a Generalização, que se opõe à Especificação. Isso quer dizer que os atores sociais podem ser apresentados fazendo-se referência genérica ou específica.

A **Generalização** pode realizar-se por meio do plural sem artigo, do singular com artigo definido – “O lulismo desembestou.” (MAINARDI, 2007, p. 206) – ou por meio do singular com artigo indefinido – “É complicado saber o que passa pela cabeça de um petista, ainda mais um petista acuado.” (MAINARDI, 2007, p.181).

Ainda dentre a categoria de inclusão de atores, destacamos a assimilação, em detrimento da individualização. A **Individualização** ocorre quando o ator social é referido como indivíduo, destacada sua singularidade. A **Assimilação**, por outro lado, ocorre quando o ator social é referido como grupo, destacada sua pluralidade. O tipo de Assimilação que nos interessa aqui é a Coletivização, que quantifica grupos de participantes apresentando-os com um substantivo que denota, de fato, mais de uma pessoa: “Se Lula for reeleito, é sinal de que os brasileiros surtaram” (MAINARDI, 2007, p.119).

Além da Assimilação, conforme van Leeuwen (1993), outra categoria de representação de atores denota grupo: a **Associação**. Esta se realiza linguisticamente por parataxe, por pronomes possessivos e por circunstâncias de acompanhamento; há associação ainda em orações atributivas possessivas ou em orações cujo léxico denota algum tipo de aproximação entre atores. Encontramos Lula associado a seus ministros por parataxe e por pronome possessivo em: “Eles descartaram qualquer possibilidade de que as contas de Lula e seus ministros pudessem ser verdadeiras” (MAINARDI, 2007, p.101).

Destacamos agora a **Diferenciação** dentre as categorias de Determinação de atores sociais. Em oposição à Indeterminação (categoria de representação na qual os atores são grupos anônimos), a Determinação ocorre quando a identidade dos atores é especificada de alguma forma. Identificamos a Diferenciação quando um ator social individual ou um grupo de atores sociais se diferencia explicitamente de

um ator ou grupo semelhante. Fazemos a oposição entre o ‘eu’ e o ‘outro’. No exemplo, há a distinção entre dois candidatos do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira): “O PSDB tinha dois candidatos. Um deles, segundo a última pesquisa do Ibope, estava empatado com Lula. O outro perdia no primeiro turno” (MAINARDI, 2007, p.81)

Os atores sociais também podem ser representados em termos de sua identidade única ou em termos de identidades e funções que partilham com outros. Essas categorias são denominadas, respectivamente, de **Nomeação** e **Categorização**.

O participante pode ser nomeado através de nome próprio ou também por titulação. Pode aparecer alguma forma de honorificação – adição de títulos-padrão, cargos, como em “Cedo ou tarde o presidente Lula será esquecido” (MAINARDI, 2007, p.159) – ou pode aparecer alguma relação de afiliação na representação de um ator – adição de um termo de relação pessoal ou de parentesco. Além de ser nomeado com substantivo próprio ou titulação, o ator social pode ser nomeado com formalidade (apenas o sobrenome é mencionado), semiformalidade (nome próprio e sobrenome mencionados) ou sem formalidade alguma (quando apenas mencionamos o nome próprio).

Dentro da Categorização, distinguem-se dois tipos fundamentais: a Identificação e a Funcionalização. Apenas este nos interessa para os fins desta pesquisa. A Funcionalização, como o próprio nome sugere, ocorre quando os atores sociais são referidos em termos de uma ocupação ou função, isto é, em termos de alguma atividade que desempenham. Visualizamos isso em: “O colunista de Veja é menos otimista” (MAINARDI, 2007, p. 204), oração na qual o participante é representado fazendo-se referência a sua profissão.

Apesar de não tratarmos especificamente da Identificação, faz-se necessário esclarecermos um dos três tipos desta, uma vez que encontramos exemplos no *corpus*. A Classificação representa os atores em termos das principais categorias através das quais uma dada sociedade ou instituição diferencia classes de pessoas, quer por sua idade, sexo, origem, classe social, orientação sexual, política, religiosa. Por exemplo, em “Os petistas me parecem uma raça gigante de formigas” (MAINARDI, 2007, p.204), um ator social é categorizado em termos de sua orientação política, isto é, como sendo alguém adepto ao Partido dos Trabalhadores.

Finalmente, destacamos a categoria de ator social que impersonaliza algum participante, ou seja, que o representa de outra forma que não a de ser humano. A **Impersonalização** utiliza recursos do léxico que não atribuem nenhuma “característica semântica humana” (VAN LEEUWEN, 1997, p.208) ao ator social. Isso pode ser feito por meio de substantivos abstratos e concretos, como no exemplo: “O fato é que ninguém mais acredita em mim.” (MAINARDI, 2007, p.43). Dentre as categorias que impersonalizam atores sociais, destacamos a Objetivação, por meio da qual se faz referência a um local ou coisa diretamente associados ao ator social ou a alguma atividade que realizam: “Foi a primeira vez que um dos envolvidos nas denúncias do mensalão acusou o Palácio do Planalto de distribuir dinheiro sujo a parlamentares” (MAINARDI, 2007, p.29).

A Figura 6 sintetiza as categorias de representação selecionadas:

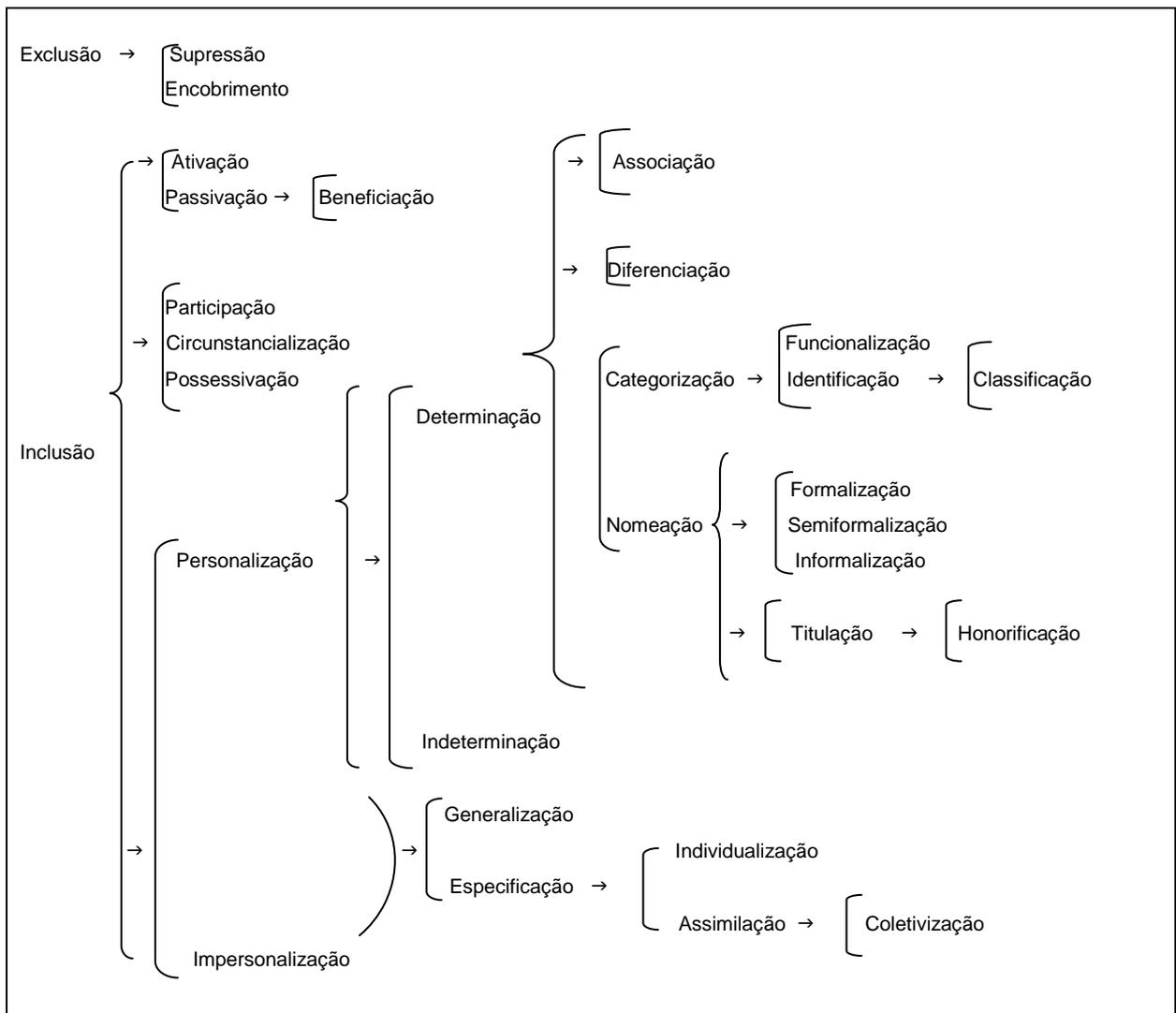


Figura 6 – Categorias de representação de atores sociais encontradas no *corpus* desta pesquisa (adaptadas de VAN LEEUWEN, 1997)

2.3 Sistema de transitividade

Para a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), tanto o léxico quanto a gramática são estudados em relação a suas funções sociais. De acordo com Ravelli (2000), uma análise funcional de um texto requer não simplesmente “rotular”, ou seja, dar nomes aos elementos de uma oração, porque os “rótulos” refletem uma interpretação gramatical e semântica do todo do texto. Vale dizer que, diferentemente do que a gramática tradicional nos apresenta, a gramática sistêmico-funcional estuda o conjunto língua-sistema associado ao contexto.

Como vimos, na perspectiva hallidayana de linguagem, existe o contexto de cultura e o contexto de situação; este último tem o campo, as relações e o modo como elementos constitutivos. Essas três variáveis, por sua vez, são realizadas através das três metafunções da linguagem, quais sejam: a ideacional, a interpessoal e a textual. A *metafunção ideacional* é vinculada ao campo e é responsável pela representação dos conhecimentos e crenças de um indivíduo através da linguagem. Léxico-gramaticalmente, é estudada pelo sistema de transitividade, do qual nos ocuparemos a seguir. A *metafunção interpessoal* é vinculada às relações, ou seja, realiza-se na interação entre os participantes de uma dada situação e nos papéis que estes desempenham naquela ação de linguagem. Léxico-gramaticalmente é estudada, em especial, pelo modo e pela modalidade. Finalmente, a *metafunção textual* é vinculada ao modo, que expressa basicamente a estrutura e o formato do texto e também dizem respeito à coesão e coerência textuais. Léxico-gramaticalmente se expressa pelo estudo de tema/rema.

A Figura 7, envolvendo o sistema de transitividade e as metafunções da linguagem, é apresentada a seguir.

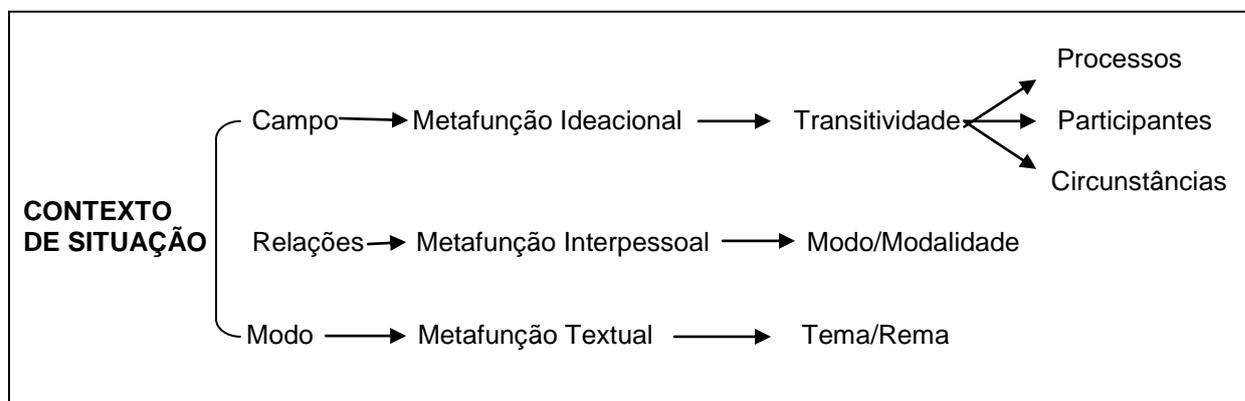


Figura 7 – Contexto de situação segundo HALLIDAY, 1994.

Neste trabalho, ocupar-nos-emos da metafunção ideacional da linguagem, porque é a que se relaciona diretamente às representações das experiências dos indivíduos, objeto de nossa pesquisa aqui. Para tanto, lançaremos mão do estudo da transitividade, através do qual o usuário da língua manifesta suas vivências e representa, numa dada situação, qual a atividade que está em jogo, quem participa da interação e em quais circunstâncias isso acontece. A partir de Halliday (1994) e Halliday & Matthiessen (2004), Cunha & Souza (2007, p. 53-54) compreendem a transitividade como a gramática da oração que “permite identificar as ações e atividades humanas que estão sendo expressas no discurso” e a realidade que está sendo retratada.

A fim de construir o fluxo da experiência (os atos de agir, dizer, comportar-se, ser, etc.), o sistema de transitividade faz uso de Processos, que envolvem Participantes e, eventualmente Circunstâncias. Os *Processos* dizem respeito às ações ao redor das quais a oração é estruturada. Isso inclui o verbo principal e os auxiliares. Os *Participantes* são os que colocam em prática as ações determinadas pelos processos. Geralmente são representados por grupos nominais, mas, conforme Ravelli (2000), também podem ser representados por outros elementos como, por exemplo, as orações encaixadas, que a seguir definiremos. Além dos processos e dos participantes, é possível que a oração apresente ainda informações adicionais (portanto opcionais) sobre as circunstâncias do evento, isto é, onde aconteceu, quando, como, por que, etc. Isso é, pois, o que chamamos de *Circunstâncias*.

A partir do sistema de transitividade, podemos definir seis tipos de orações, cada qual envolvendo diferentes tipos de processos e participantes. Os três maiores grupos são formados pelos processos Material, Mental e Relacional, mas há também o Verbal, Comportamental e Existencial. Para fins desta pesquisa, caracterizaremos apenas os processos relacionais, que foram os de maior recorrência em nosso *corpus* por serem, possivelmente, os que melhor expressam, por meio da definição, as visões de mundo dos indivíduos. Além do que, são os que mais tipicamente caracterizam e atribuem identidades a participantes.

2.3.1 Orações Relacionais

As orações relacionais, segundo Ravelli (2000), mostram qual a relação entre

os participantes, mostrando de que maneira eles estão conectados. Essa conexão não implica necessariamente uma “forte noção de ação” envolvida; pelo contrário, os processos relacionais se expressam especialmente nas formas do verbo *ser* e *ter* e outros verbos similares (os de ligação, na sua maioria, mas também outros). Lembramos que os verbos *ser* e *ter* funcionam frequentemente como verbos auxiliares; entretanto, apenas quando constituem o verbo principal da oração é que eles são considerados processos relacionais.

De acordo com a leitura de Cunha & Souza (2007, p. 68), os processos relacionais são usados para “definir, classificar, caracterizar, generalizar e identificar” os participantes da oração, contribuindo para a representação das experiências individuais por meio da linguagem. Há três tipos de processos relacionais que permitem denotar intensidade, circunstância ou possessividade: quando a relação é *intensiva*, uma qualidade é atribuída a uma entidade, como em: “A vitória eleitoral de Lula era certa, resultado da covardia e da incapacidade de seus adversários” (MAINARDI, 2007, p.103). Quando a relação é circunstancial, uma circunstância de tempo, modo, lugar, etc. é atribuída a uma entidade: “Estou com sorte” (MAINARDI, 2007, p.179). Por fim, quando a relação é possessiva, existe uma relação de posse entre os participantes: “Lula tem dificuldade patológica em compreender o que lhe pertence e o que pertence aos outros” (MAINARDI, 2007, p.120)

Os três tipos de relação que mencionamos podem acontecer de dois diferentes modos: o Atributivo e o Identificador. Este dá uma identidade definida a um participante geralmente por meio de um sintagma nominal. Aquele classifica um participante como membro de uma determinada classe e lhe atribui uma qualidade; logo, é realizado tipicamente por um adjetivo ou sintagma adjetival.

Os participantes de cada um dos modos relacionais recebem denominações diferentes. No processo relacional atributivo, o Portador (que é geralmente um nome ou sintagma nominal) é o participante que recebe as qualificações, e Atributo é justamente a qualidade relacionada ao Portador. Como dissemos, quando uma oração define um participante com o uso de um Atributo, ela o enquadra em uma classe, ou seja, como representante de uma determinada classe de pessoas.

As orações atributivas, segundo Martin, Matthiessen & Painter (1997), só admitem um participante que funciona como sujeito, que é o Portador. Conseqüentemente, essas orações não admitem variantes que resultem de voz

passiva, porque não são reversíveis, isto é, só são realizadas na voz ativa, sem possibilidade de conversão para voz passiva.

Confirmamos essa impossibilidade no seguinte exemplo retirado de nosso *corpus*: “Ninguém é tão patologicamente impermeável à realidade quanto eu.” (MAINARDI, 2007, p.80). Aqui constatamos que, de fato, o único participante passível de ser sujeito é “ninguém” (Portador). Ao Atributo “tão patologicamente impermeável à realidade quanto eu” não podemos destinar a função de sujeito porque não construímos tipicamente a oração ‘Tão patologicamente impermeável à realidade quanto eu é ninguém’.

No exemplo mencionado, entendemos que “ninguém” pertence à classe das pessoas impermeáveis à realidade, mas não podemos afirmar que este Atributo dá identidade ao seu Portador, já que há outras pessoas também impermeáveis à realidade. Chamamos a atenção para o fato de o sintagma nominal, nos processos atributivos, conforme Halliday & Matthiessen (2004), ser tipicamente indefinido, quer apareça com artigo indefinido ou sem qualquer artigo, como vimos.

Os processos relacionais identificadores diferem dos atributivos em alguns aspectos. Primeiramente porque os participantes recebem nomes diferentes por exercerem função diferente. Enquanto antes classificávamos um Portador dando-lhe algum Atributo, agora atribuímos uma identidade (Identificador) a um Identificado. Em outras palavras, a função do processo relacional Identificador é identificar uma entidade em termos de outra, de onde se distinguem dois participantes: aquele ao qual se relaciona uma identificação, função ou significado – o Identificado –, e aquele que corresponde à identificação dada ao primeiro participante – o Identificador.

Diferentemente dos processos atributivos, os identificadores representam seus participantes, na maior parte das vezes, por um grupo nominal tipicamente definido, quer apareça com artigo definido, pronome possessivo ou ainda com nome próprio. Vemos isso em: “Lula foi o ponto alto da minha carreira jornalística” (MAINARDI, 2007, p.47), segmento no qual ‘Lula’ é o Identificado e ‘o ponto mais alto da minha carreira jornalística’ é o Identificador. Atribui-se, dessa forma, uma identidade ao participante Lula por meio de outro participante cujo núcleo é um sintagma nominal.

Além das denominações diferentes a cada um dos participantes e dos aspectos léxico-gramaticais que representam cada um dos modos relacionais,

Halliday & Matthiessen (2004) utilizam outro importante critério para distinguir o modo atributivo do identificador. Segundo os teóricos, esses modos também se diferem quanto à possibilidade de reversibilidade para voz passiva ou para outra forma qualquer. Como vimos, enquanto os atributivos não admitem este processo, os identificadores o permitem. Por exemplo, na oração “Lula foi o ponto alto da minha carreira jornalística” é possível reverter a frase para ‘O ponto alto da minha carreira jornalística foi Lula’. Sendo assim, consideramos esta uma oração relacional identificadora.

Outra característica do modo identificador, conforme Thompson (2004), que nos permite classificar uma oração como tal, é a ocorrência de orações encaixadas funcionando como participantes. Nesses casos, as orações são preferencialmente constituídas por processos relacionais identificadores e não atributivos: “O que ninguém pode aceitar é que ele [Lula] transforme em chanchada uma tragédia desse tamanho” (MAINARDI, 2007, p.183).

Tanto as orações atributivas como as identificadoras podem ser configuradas com um participante diferente do Portador e do Identificado, que representa a entidade responsável pela atribuição ou identificação (Halliday & Matthiessen, p. 237-238). Na gramática tradicional, esses casos ocorrem com predicados verbo-nominais.

No caso das orações atributivas, esse participante é o Atribuidor: O mensalão deixou os deputados mais ricos. No caso das orações identificadoras, o mesmo participante é chamado Designador. Em uma oração na voz passiva, esse participante pode ficar implícito: O maior corrupto foi nomeado presidente da Câmara.

Ainda que nos detenhamos em analisar o período simples, há situações nas quais consideramos conveniente analisar segmentos em que aparecem extensões do período simples na forma de oração encaixada. Estas, segundo Bloor & Bloor (1995), são orações que decrescem de nível, ou seja, deixam de ser orações e se tornam parte integrante do grupo nominal.

Assim, um período simples não deixa de ser simples quando acrescido de uma oração encaixada, porque ela não equivale a outra oração, e sim a um termo que opera dentro de uma única oração. Em português, constituem exemplos típicos de orações encaixadas as orações subordinadas adjetivas restritivas na forma

desenvolvida ou reduzida: “Ver um petista chorando é uma diversão.” (MAINARDI, 2007, p.21).

Além das adjetivas restritivas, as orações subordinadas substantivas em geral, seja na forma desenvolvida, seja na forma reduzida, também são consideradas orações encaixadas: “A proposta só tem um problema: Lula não pode renunciar sozinho.”

Com essas explanações, resumimos o segundo estágio adaptado da Hermenêutica de Profundidade, o da análise formal ou discursiva dos textos, que envolve categorias da teoria da avaliatividade, da representação de atores sociais e da transitividade.

Antes de passar para o terceiro capítulo, revisaremos algumas particularidades relacionadas ao *ethos*, que contribuirão para a etapa de análise do *corpus*.

2.4 Ethos

Como dissemos anteriormente, nossa pergunta de pesquisa passa pela questão do *ethos* do autor, ou seja, além de discutir a representação social de atores como Lula, PT e governo, pretendemos também discutir a representação que o autor dos textos faz de si ao longo de seus discursos. Para tanto, faz-se necessário o esclarecimento de nosso entendimento sobre *ethos* e o conceito que dele fazemos. Baseamo-nos na obra de Amossy (2005), a qual apresenta estudos de diversos teóricos sobre o assunto.

Conforme Amossy (2005, p. 9), “todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si”. Essa imagem não seria necessariamente explicitada pelo locutor por meio de um autorretrato, por exemplo, nem mesmo pelo fato de apontar suas qualidades. O perfil do locutor é visível em seu estilo de escrita, em suas competências linguísticas e enciclopédicas, em suas escolhas linguísticas, na expressão (ainda que implícita) de seus valores e crenças que constituem o discurso. Todas essas são formas que um locutor tem de se representar por meio da linguagem.

Os antigos usavam o termo *ethos* para se referir à “construção da imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório” (AMOSSY, 2005, p. 10). O termo só foi incorporado às ciências da linguagem nos trabalhos de Oswald

Ducrot, na apresentação de sua teoria polifônica da enunciação, o que o configura como pertencente ao campo de uma pragmática semântica. O conceito de *ethos* demonstra a preocupação do locutor com estratégias de persuasão que o ajudem a defender seu posicionamento na hora de se dirigir ao seu interlocutor.

Bakhtin (2000), à sua maneira, chamava atenção para a importância de levarmos em conta nosso auditório quando tomamos a palavra em situações concretas de enunciação. Isso porque a nossa maneira de dizer autoriza a construção de uma imagem de nós mesmos e o nosso interlocutor se vê impelido a apreendê-la a partir de diversos índices discursivos que permitem a construção tanto de uma boa, como de uma má imagem nossa. Além do que, o auditório interfere na forma como um locutor faz uso da língua, porque é justamente o auditório quem avalia se o sujeito transmite (ou não) confiabilidade e coerência na exposição e defesa de seus argumentos.

Pelo discurso, ao falar de si, o locutor pode construir a “personagem” que quiser, ou seja, ele pode parecer ser o que quiser, esteja ele se retratando fielmente ou não. É possível, portanto, que o locutor projete um personagem que nada tenha em comum consigo mesmo, mas que, levando em conta o público a quem dirige seu discurso, seja eficiente em termos persuasivos. Por isso é tão importante e necessário o orador se adaptar a seu auditório e fazer dele uma imagem com vistas a construir sua própria imagem. Ele poderá construir uma imagem confiável, solidária e coerente na medida em que reconhece os valores e as crenças que têm aqueles que o ouvem. Confirmamos isso com as palavras de Dascal (2005):

[O *ethos*] forma-se, no espírito do auditório, por um processo inferencial (não necessariamente consciente) de interpretação dos atos de discurso e do comportamento do orador. (...) sua construção depende do modo como o discurso ou o comportamento não-discursivo do orador é “captado” pelos cidadãos, à luz de seus desejos, preocupações, crenças e, mesmo, de seus preconceitos. Uma vez construído e aceito, esse “caráter” preenche uma função na formação de uma disposição ou de uma predisposição favorável ou contrária ao orador. (DASCAL, 2005, p.66)

Lembramos que o *ethos* está intimamente ligado ao processo de enunciação e, portanto, a imagem que o locutor pretende construir de si será ou não legitimada por meio de seu estilo de usar a linguagem, por meio de determinadas escolhas linguísticas. Ele precisa, utilizando-se de seu discurso, criar uma “máscara” que transmita segurança e confiança capaz de suscitar a adesão do interlocutor, porque,

conforme Dascal (2005, p.61), “a credibilidade do locutor afeta a plausibilidade de seu argumento”. Para Maingueneau (1995),

O que o orador pretende ser, dá a entender e mostra: não *diz* que é simples ou honesto, *mostra-o* através de sua maneira de se exprimir. O *ethos* está, dessa maneira, vinculado ao exercício da palavra, ao papel que corresponde a seu discurso, e não ao indivíduo “real”, apreendido independentemente de seu desempenho oratório: é portanto o sujeito de enunciação enquanto está enunciando que está em jogo aqui.” (MAINGUENEAU, 1995, p.138)

Mesmo que o interlocutor não tenha conhecimento prévio sobre o caráter do enunciador, o simples fato de um texto pertencer a um gênero de discurso ou a um certo posicionamento ideológico torna possível criar expectativas em matéria de *ethos*. Então, ao ler um artigo de opinião, por exemplo, o interlocutor já espera encontrar um texto que emprega claramente estratégias argumentativas e cujo estilo de linguagem é bastante articulado. Isso permite a criação de um perfil de autor que faz questão de deixar claro seu posicionamento (às vezes até de modo agressivo) e que desenvolve seu texto de modo a interferir na visão de mundo e na construção de experiências de seu leitor.

Após essas noções sobre *ethos*, damos início à análise que envolve a interseção entre julgamento, atores sociais e orações relacionais.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS MAINARDIANAS

Acho que os brasileiros atribuem uma importância exagerada ao presidente da República. Um presidente é só um burocrata medíocre que a gente contrata por quatro anos para desempenhar uma tarefa que nenhuma pessoa minimamente sensata estaria disposta a desempenhar. Ele não é o nosso chefe: nós é que somos chefes dele. (MAINARDI, 2007, orelha do livro)

Este capítulo é destinado à apresentação da análise do *corpus* desta pesquisa e à descrição dos resultados obtidos neste estudo. Nosso objetivo era responder à seguinte pergunta: como o jornalista Diogo Mainardi realiza linguisticamente a representação do ator social Lula, de seu partido e de seu governo? A representação do próprio jornalista, que contribui para responder à pergunta, também foi investigada aqui.

Retomamos aqui, sucintamente, nossos critérios de análise, descritos no capítulo de Introdução. O *corpus* constitui-se de segmentos retirados dos noventa e seis artigos que compõem o livro de Diogo Mainardi *Lula é minha anta*.

Ao longo do estudo, nossa atenção voltou-se para a representação dos atores sociais sob a perspectiva da linguagem, levando em consideração três abordagens teóricas: a Teoria da Avaliatividade, de Martin & White, os Atores Sociais de van Leeuwen e a Gramática Sistemico-Funcional de Halliday. Em termos de Avaliatividade, trabalhamos com a categoria de Julgamento; os atores sociais estudados foram Lula, governo Lula e Partido dos Trabalhadores; finalmente, utilizamo-nos das orações relacionais, em termos da transitividade da GSF.

É válido lembrar também que os segmentos só eram analisados se constituíssem exemplo dessas três categorias juntas, ou seja, se no mesmo segmento encontrássemos julgamento(s), atores sociais Lula, governo ou PT e oração(ões) relacional(is). Além disso, lembramos que só os períodos simples (com ou sem orações encaixadas) foram analisados.

A primeira seção do presente capítulo é destinada à análise de segmentos que dizem respeito particularmente ao presidente Lula. A segunda seção agrega segmentos nos quais Mainardi faz menção ao governo Lula e ao seu partido. Por fim, na terceira seção, tecemos considerações acerca do *ethos* do autor, visível nos segmentos analisados nas duas seções anteriores.

Julgamos importante assinalar que os resultados obtidos, após a análise dos segmentos deste capítulo, serão reiterados – inclusive em maiores detalhes – no

capítulo destinado às Considerações Finais da pesquisa. As interpretações decorrentes da análise dos dados também receberão especial atenção posteriormente.

3.1 Representações do presidente Lula

É de consenso dos leitores de Mainardi o fato de o autor dedicar grande parte de seus artigos à ridicularização da figura do presidente Lula, de todos aqueles que concordam com seu governo ou aprovam suas atitudes. Não é incomum que até mesmo quem nunca tenha lido os textos do autor reconheça nele uma figura polêmica, resultado de seu estilo particular de usar a linguagem que lhe permite posicionar-se (contrariamente) diante dos acontecimentos políticos do país.

Os dezoito segmentos cuja análise será apresentada a seguir não só retratam a representação que Mainardi faz do presidente Lula, mas também delineiam, a partir dessas representações, o *ethos* do autor. Atentamos, de início, para a predominância de um tipo de julgamento, em detrimento de outros, nas análises de (1) a (13).

Vejamos, a partir de agora, como Mainardi constrói linguisticamente identidades para Lula.

(1)	Nunca derrubaremos Lula. O que vai acontecer conosco é muito pior: um progressivo desmoronamento da sociedade. Uma sociedade resiste a um governo corrupto. Ela resiste também a um presidente incapaz. O que elimina qualquer possibilidade de convívio é o triunfo dessa boçalidade predatória que caracteriza Lula e sua gente. Estamos desarmados e rendidos. (MAINARDI, 2007, p.225)
-----	--

Em (1), Diogo Mainardi representa a população como sua aliada no objetivo de derrubar Lula, e todos os brasileiros são representados como Beneficiários de uma atividade cujos agentes são o presidente e “sua gente”. Na oração relacional identificadora, há supressão dos participantes Identificado e Identificador – apresentados em forma de oração e nominalização, respectivamente. Os únicos atores sociais representados são Lula e aliados, os quais fazem parte de uma oração adjetiva encaixada.

Levando em consideração o contexto de (1), de acordo com Mainardi, a sociedade brasileira vai desmoronar por causa da “boçalidade predatória” de “Lula e sua gente”. Trata-se de um julgamento de estima social por capacidade. Lula

aparece associado (por parataxe) a um grupo de pessoas – formado por lulistas e petistas; sua ignorância, sua estupidez são capazes de promover a destruição.

Mainardi também assinala que a “boçalidade que caracteriza Lula e sua gente” chega a ser mais nociva para a sociedade do que um “governo corrupto” ou um “presidente incapaz”, infortúnios a que a sociedade resistiria sem desmoronar, ao contrário do que acontece quando essa sociedade é alvo da estupidez destrutiva do presidente e de seus aliados.

Em (2), aparece, uma oração relacional possessiva. Ao Portador Lula é dado um Atributo – “dificuldade patológica” – complementado por oração reduzida.

(2)	Lula <u>tem</u> dificuldade patológica em compreender o que lhe pertence e o que pertence aos outros. (MAINARDI, 2007, p.119)
-----	--

A partir dos Atributos, neste segmento, podemos encontrar dois julgamentos. O primeiro é de estima social por capacidade, já que, segundo Mainardi, a incapacidade de compreensão de Lula é tamanha que se tornou doentia. Ao mesmo tempo, o autor sugere a desonestidade do presidente por não saber distinguir o que é dele e o que é dos outros, atitude típica de um sujeito enganador, ladrão; logo, o autor também emprega um julgamento de sanção social por veracidade.

Nos segmentos (3) e (4), notamos, sob a mesma forma de representação, uma aproximação entre o autor e o presidente.

(3)	Lula – o meu Lula – já não é mais o presidente Lula. <u>É</u> um estado mental. <u>É</u> o símbolo da nossa incapacidade de pensar direito. <u>É</u> o gremlin que emperra o país. Cedo ou tarde o presidente Lula será esquecido. Até mesmo por mim. Nem os lulistas se lembrarão dele. Mas seu espírito atarantado <u>continuará</u> entre nós, com outro nome, com outra cara. (MAINARDI, 2007, p.160)
-----	---

Em um primeiro momento, constatamos que, em (3), com o uso do pronome possessivo “meu”, Diogo Mainardi torna-se ativado em relação a Lula e, ao mesmo tempo, a ele se associa. Notamos, por conseguinte, que o autor parece ser consciente de que faz uma representação particular de Lula – “o meu Lula” – possivelmente diferente da maioria das pessoas.

A referência ao ator social Lula com honorificação – “presidente Lula” – aparece uma única vez – no segmento (3). Mainardi representa Lula com honorificação apenas para desconsiderar a sua autoridade como presidente; melhor

dizendo, Lula só merece ser representado com alguma titulação quando o intuito é desvalorizá-la.

Por meio de uma oração relacional identificadora, o autor desqualifica Lula afirmando que ele “já não é mais o presidente Lula”, isto é, ele perdeu sua autoridade de presidente. Em substituição à “antiga” identidade, novas identificações são dadas ao participante Identificado “Lula” por meio do processo *ser*, no presente do indicativo. Lula se torna, de acordo com a representação que Mainardi faz, “o símbolo da nossa incapacidade de pensar direito”, “o gremlin² que emperra o país”. Lula também passa a ser o Portador do Atributo “um estado mental”.

Entendemos, a partir dessas representações, que, nas quatro primeiras orações relacionais de (3), Diogo Mainardi utiliza-se amplamente de julgamentos de estima social por capacidade, de modo a atentar para o baixo potencial intelectual do presidente. Na última oração (relacional circunstancial), o autor opta por julgar (negativamente) a tenacidade de Lula, ativando-o por possessivação e associando-o a “espírito atarantado”.

Em (4), Diogo Mainardi cita o escritor Euclides da Cunha, quando este caracteriza a espécie humana no capítulo “O homem” de *Os Sertões*. A tentativa é de, mais uma vez, representar o ator social Lula negativamente. Como dissemos, no segmento (4), tal qual em (3), Mainardi é ativado por possessivação e, ao mesmo tempo, é associado ao presidente por meio da construção “Lula – o meu Lula”.

(4)	Euclides da Cunha disse tudo o que era necessário dizer sobre a nossa raça. Lula – o meu Lula – é a mais perfeita síntese euclidiana. Ele representa o "temperamento delirante", o "senso moral deprimido", o "fetichismo bárbaro", a "servidão inconsciente", a "preguiça invencível", o "desequilíbrio incurável", a "fealdade", a "psicose coletiva", a "degenerescência intelectual" que nos impediu de viver "num meio mais adiantado". (MAINARDI, 2007, p.160)
-----	---

Neste segmento, notamos que, antes mesmo de apresentar a caracterização euclidiana para a raça humana, o autor já estabelece uma identificação entre ela e Lula, conforme sugerido pela primeira oração relacional identificadora, cujo participante Identificado é “Lula” e na qual “a mais perfeita síntese euclidiana” é o participante Identificador.

² Segundo o site www.wikipedia.org, gremlins são duendes nocivos que, na tradição da aviação inglesa e norte-americana, supostamente causavam danos mecânicos em aviões militares, durante a Segunda Guerra Mundial; posteriormente se descobriu que eram fungos que cresciam no combustível e entupiam o motor.

Feito isso, Mainardi esclarece quais as características atribuídas por Euclides da Cunha ao homem. Por meio de outro processo relacional, expresso pelo verbo *representar*, Mainardi, então, reforça, por analogia, a relação entre Lula (Identificado) e o homem euclidiano. Os participantes Identificadores são mencionados no restante da oração. O "temperamento delirante", o "desequilíbrio incurável", a "psicose coletiva" e a "degenerescência intelectual" que nos impediu de viver "num meio mais adiantado" constituem julgamentos de estima social por capacidade; o "fetichismo bárbaro", a "servidão inconsciente" e a "preguiça invencível" constituem julgamentos de estima social por tenacidade; finalmente, "o "senso moral deprimido" e "a fealdade" constituem julgamentos de sanção social por propriedade.

Percebemos, em (4), que a opção pela intertextualidade indica visivelmente a representação depreciativa que Mainardi faz de Lula. As escolhas léxico-gramaticais de Euclides da Cunha (o autor-referência de Mainardi) para representar a raça humana são absolutamente desfavoráveis, e nosso autor se apropria delas para caracterizar um único representante da espécie, que é justamente o presidente.

No segmento (5), o léxico – especialmente os substantivos – é também relevante, assim como em (4), na caracterização de Lula.

(5)	Como hagiógrafo de mim mesmo, eu, o santificado Diogo, noto que o assunto de minhas colunas nunca foi propriamente Lula, e sim os instintos malignos que ele era capaz de despertar em cada um de nós. O conformismo. O analfabetismo. O parasitismo. A venalidade. A poltronice. A desfaçatez. Lula sempre representou para mim algo bem maior do que o Lula real. Com suas tolices, com suas ideias feitas, ele era o símbolo de nossas características mais regressivas, de nosso atraso. (MAINARDI, 407, p.237)
-----	---

Aqui, Mainardi opta por desmembrar “os instintos malignos” que Lula nos provoca em frases nominais com substantivos de conotação negativa: “o analfabetismo”, o qual reflete um julgamento de estima por capacidade; “o conformismo” e “a poltronice”, que refletem um julgamento de estima por tenacidade; e, finalmente, “o parasitismo”, “a venalidade” e “a desfaçatez”, os quais representam um julgamento de sanção por propriedade. Talvez com o intuito de alertar o leitor, Mainardi afirma que tem dedicado muitas de suas colunas a Lula, ou melhor, àqueles instintos provocados pelo presidente.

Na última oração de (5), o autor ainda explica sua representação particular do presidente Lula. Ele constrói novos julgamentos (por capacidade) ativando o presidente por possessivação (“suas”) e associando-o a “tolices” e “ideias feitas”.

Lula (participante Identificado) também é definido como “o símbolo de nossas características mais regressivas, de nosso atraso” (Identificador). Dizemos, então, que o ator social Lula é representado por ser tonto e incapaz de ter boas ideias para melhorar o Brasil e garantir seu progresso.

Diante da interpretação das representações que Mainardi faz de Lula, em (5), constatamos que, em termos de julgamento, o que predomina é o de estima social por capacidade, embora outros apareçam neste segmento.

Em (6), Mainardi se coloca como o único com direito de falar (mal) do presidente, como se este fosse propriedade dele.

(6)	Lula é meu. Eu vi primeiro. Agora todo mundo quer tirar uma lasca dele. Até os jornalistas que sempre o apoiaram. Chamam-no de ignorante. Chamam-no de autoritário. Como assim? Lula tem dono. Só eu posso chamá-lo de ignorante e autoritário. O resto é roubo. Roubaram Lula de mim. (MAINARDI, 2007, orelha do livro)
-----	--

O autor acredita ter mais direitos do que “todo mundo” para julgar Lula, porque foi ele quem primeiro tomou-o como alvo e viu quem ele realmente era – “ignorante” e “autoritário”. Só agora é que as pessoas, inclusive “os jornalistas que sempre o apoiaram”, passaram a enxergá-lo assim e também passaram a querer “tirar uma lasca dele”.

O processo *chamar* permite que Mainardi se coloque como Atribuidor na oração relacional que julga o presidente por capacidade e por propriedade. “Os jornalistas” aparecem encobertos nas duas primeiras orações relacionais de (6) e, portanto, também são apontados pelo autor como Atribuidores dos julgamentos dirigidos a Lula.

De forma passivada, o presidente aparece como o participante Portador dos Atributos “ignorante” e “autoritário”. Neste segmento, além de atentar para a baixa intelectualidade de Lula, Mainardi ainda o caracteriza como opressor, como autoridade similar à dos regimes ditatoriais, representação que compromete a ética do presidente.

Em (7), Mainardi faz uma analogia entre sua relação com Lula, no “mundo real”, e a relação do Papa-Léguas e do Coiote em um mundo fictício de desenho animado.

(7)	Lula é o Papa-Léguas. Eu sou o Coiote. Por quatro anos, imitei o desenho animado. [...] O Papa-Léguas é uma besta primária, um oportunista microcéfalo perfeitamente adaptado ao seu meio, que sabe apenas fugir e se esquivar das ciladas preparadas pelo Coiote. O
-----	---

	Coiote, por sua vez, é a caricatura do humanista otário que acredita no triunfo da racionalidade, do conhecimento, do engenho humano, da lei, do progresso social, da tecnologia. E é repetidamente punido por causa disso. (MAINARDI, 2007, p.115)
--	---

Mainardi se coloca como o Coiote, que vive perseguindo o Papa-Léguas, que seria Lula. O autor caracteriza o personagem Papa-Léguas (Portador) e, por extensão, caracteriza Lula como um animal primitivo, burro e enganador. Esses Atributos constituem julgamentos de estima social por capacidade (“besta primária” e “microcéfalo”) e de sanção social por propriedade (“oportunista”).

O contexto nos mostra que, ao mesmo tempo em que Mainardi admite ser esperto o suficiente para preparar “ciladas” para Lula, ele também se apresenta como o personagem ingênuo (“otário”) que só busca o bem da humanidade, acredita no seu progresso e é “repetidamente punido por causa disso”.

Entendemos ainda que, em (7), estabelece-se uma Diferenciação entre os atores sociais Lula e Diogo Mainardi. De um lado, temos o bem e o progresso representados pelo autor e, por outro lado, temos o mal e o atraso, representados por Lula, a quem Mainardi persegue incansavelmente, como o Coiote persegue o Papa-Léguas no desenho animado.

A analogia com os mesmos personagens de ficção se repete em outro artigo de *Lula é minha anta*, do qual retiramos o segmento 8.

(8)	Desde que Lula chegou ao poder, dediquei cerca de 5.000 horas a ele. É mais do que dediquei a Flaubert. É mais do que dediquei a Tolstoi. Minha coluna se transformou numa espécie de bestiário lulista , em que colecionei todas as suas monstruosidades. Semanalmente, eu era desafiado a inventar novas variações para a mesma piada, como no desenho animado do Beep-Beep, em que o coiote sempre acaba esmagado por uma pedra. A idéia era usar qualquer artifício para ridicularizá-lo.” (MAINARDI, 2007, p.15)
-----	--

Assim como em (7), em (8) Mainardi representa Lula como uma besta, ou seja, julgando-o em termos de sua capacidade. Neste segmento, o autor opta por representar o presidente de forma ativada, quando utiliza uma metáfora gramatical expressa na nominalização pós-modificada: “bestiário lulista”. Entendemos, dessa forma, que Lula é capaz de promover um grande número de “monstruosidades” que lhe são características (“suas”).

Mainardi faz questão, mais uma vez, de assinalar para o leitor que todas as monstruosidades foram publicadas em suas colunas semanais com o propósito de

levar à ridicularização do presidente. Este aparece passivado (“lo”) em uma oração relacional, cujo participante Identificador está suprimido (em forma de oração).

Assim, da mesma maneira que em (7), em (8) a mania de perseguição entre o Coiote e o Papa-Léguas (vislumbrada no desenho animado do “Beep-Beep”) é utilizada para representar Mainardi e Lula analogicamente. Em ambos os segmentos, podemos entender que o autor é sempre punido (“sempre acaba esmagado por uma pedra”) por querer impor sua representação e avaliação (negativas) acerca do presidente.

No segmento (9), mais uma vez, o julgamento que resulta da representação que Mainardi faz de Lula é de estima social por capacidade.

(9)	Sou um conspirador. Um conspirador da elite. Quero derrubar Lula. Só não quero ter muito trabalho. Quero derrubar Lula sem sair de casa. Derrubar Lula de qualquer outra maneira seria conferir-lhe um crédito exagerado. (MAINARDI, 2007, p.29)
------------	---

Sinalizamos, primeiramente, o surgimento de participantes em forma de oração. Em (9), ambos os participantes da oração relacional identificadora se encontram sob a forma de oração reduzida. Os atores sociais, por sua vez, estão encobertos, porque entendemos que é Mainardi que quer “derrubar Lula” e também é ele que quer evitar conferir “crédito exagerado” ao presidente. O autor faz-nos entender que Lula não é confiável, não merece ser creditado e, portanto, deve ter sua (in)capacidade para governar o país posta em discussão.

No segmento (10), Mainardi, por meio de outra oração relacional identificadora, acusa Lula de ser o maior empecilho para que uma reforma política ocorra no Brasil.

(10)	Todo mundo sabe que a melhor receita para o país é uma ampla reforma política. Lula é o maior obstáculo para que ela aconteça. Se ele for derrubado, tem reforma. Se não for, não tem. Lula, como sempre, é um fator de imobilismo e atraso. (MAINARDI, 2007, p.210)
-------------	--

Neste segmento, o autor já parte do pressuposto de que compartilha com o leitor (“todo mundo sabe”) a ideia de que o país enfrenta problemas e que o melhor a fazer é promover mudanças na política. Segundo Mainardi, não há reforma porque Lula é incapaz de promovê-la; ele é representado como o maior impedimento para que as melhorias necessárias ao país aconteçam. Essa avaliação resulta, sem dúvida, em um julgamento de estima social por capacidade.

Ainda no segmento (10), observamos que Mainardi parece provocar o leitor para que ele tome alguma atitude em benefício do país; na verdade, ele espera contar com o leitor para derrubar Lula, pois defende ser esse o único jeito de acelerar o progresso brasileiro. O presidente Lula, tomado como Portador em uma oração atributiva, é, novamente, apontado como o motivo principal para o atraso do Brasil.

Os segmentos (11), (12) e (13) se assemelham, porque o Atributo dado ao Portador Lula se repete de alguma forma. O julgamento de estima social por capacidade predomina nos três períodos.

(11)	Eu não gosto de Lula. Ele é ruim para o país. (MAINARDI, 2007, p.95)
-------------	---

Em (11), Mainardi confere a Lula, Portador da oração relacional, o Atributo “ruim”, a partir do qual entendemos que Lula não é um presidente competente e habilidoso para governar “o país” – participante que aparece passivado como Beneficiário. Em (12), o ator social “Brasil” também é Beneficiário, ao passo que Lula é ativado por circunstancialização.

(12)	O Brasil já era ruim antes de Lula. Com ele ficou ainda pior. Ninguém conseguiu evidenciar nossa ruindade com tanta clareza quanto ele. E ninguém deu tanta garantia de que tudo iria piorar. (MAINARDI, 2007, p.147)
-------------	--

Há possibilidade de reescrevermos as duas orações relacionais de (12) da seguinte forma: “O Brasil ficou ainda pior com Lula”. Dessa forma, notamos que há uma representação desfavorável do Brasil, similar a outros trechos encontrados em *Lula é minha anta*. Aqui, a representação de Mainardi indica que, se antes de Lula ser eleito o país “já era ruim”, não era tão ruim, que não pudesse piorar depois que Lula tornou-se presidente.

Entendemos, assim como em (11), que Lula não é bom governante, não é capaz de melhorar o Brasil, pelo contrário. Interessa-nos salientar que, no momento em que Mainardi escolhe representar o Brasil como Beneficiário, ele procura estender a ação nociva de Lula a todos os brasileiros; ou seja, com Lula no poder, toda a sociedade brasileira é prejudicada.

(13)	Vingou a ideia de que Lula é um presidente ruinoso com quarenta malfeitores à sua volta. (MAINARDI, 2007, p.135)
------	---

Em (13), além do julgamento de estima social por capacidade, encontramos também um julgamento de sanção social por propriedade na representação que Mainardi faz de Lula. No interior de uma oração adjetiva encaixada, que tem como núcleo “ideia”, o presidente (Identificado) recebe uma qualificação – “ruinoso” (Identificador). Com o uso de circunstância de acompanhamento – “com quarenta malfeitores a sua volta” –, o autor ainda associa Lula aos criminosos e, portanto, caracteriza a conduta dele como altamente condenável.

A partir de agora, apresentaremos os segmentos nos quais o presidente não é mais julgado por estima social, e sim por sanção social, o que compromete, em maior grau, sua representação sob a ótica de Diogo Mainardi. Nos três próximos segmentos, por exemplo, Lula é julgado especialmente por propriedade, pois o autor representa-o como corrupto.

Em (14), o ator ativado em relação a um esquema de corrupção é, na verdade, o PT, mas Lula aparece como seu beneficiário e associado a ele.

(14)	Roberto Jefferson diz que todo mundo sabia do esquema de propina do PT. Roberto Jefferson garantiu que Lula não sabia o que os petistas faziam por baixo do pano. Eu sabia. O leitor sabia. Todo mundo sabia. O único que não sabia era seu maior beneficiário: Lula. (MAINARDI, 2007, p.20)
------	---

Neste segmento, Lula aparece ativado pelo uso do pronome possessivo presente na oração relacional identificadora e, dessa forma, associa-se ao esquema de propina; além disso, Mainardi faz questão de representar o presidente como ator Beneficiário explícito dessa mesma atividade. Em uma oração encaixada – que faz papel de participante Identificado –, o autor ironiza a suposta ingenuidade de Lula que, conforme garantiu um deputado, desconhecia a existência do tal esquema de corrupção no seu governo, o qual envolvia seu partido.

Em (15), Identificadores representados por substantivos próprios servem para definir a identidade de Lula.

(15)	Tudo o que é ruim tem um pé no Brasil. Muita gente esperava que Lula instaurasse o castrismo no Brasil. Lula é a expressão de algo bem mais familiar na política brasileira e de que nunca vamos nos livrar. Ele é o ACM. É o Sarney. É o Jader Barbalho. É o Severino Cavalcanti. (MAINARDI, 2007, p.126)
------	---

Os participantes Identificadores deste segmento são políticos conhecidos nacionalmente por terem se envolvido em esquema de propina ou de desvio de dinheiro público; logo, o julgamento de sanção social por propriedade se repete. Notamos que também em (15) – além de (12) – o Brasil é avaliado pejorativamente. O autor acredita que o país é, em alguma medida, culpado por “tudo o que é ruim” e que há demonstrações de corrupção em diversos segmentos da estrutura política brasileira.

Em uma construção sintática semelhante a do segmento (15), em (16), Mainardi novamente vincula Lula à corrupção.

(16)	Lula está praticamente reeleito. Os brasileiros o perdoaram. Mas a bandidagem da qual ele se cercou continuará a rondá-lo para sempre. É assim que será recordado. Lula é Delúbio Soares. Lula é Marcos Valério. Lula é o golpismo do mensalão e do dossiê Vedoin. (MAINARDI, 20017, p.146)
-------------	--

Neste segmento, Lula é o participante Identificado, e os Identificadores, exatamente como no segmento anterior, são representados por personagens que integraram o quadro político brasileiro e que se envolveram em escândalos de corrupção ao longo do governo Lula. Delúbio Soares e Marcos Valério, em particular, foram acusados por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de estarem envolvidos em um esquema de distribuição ilegal de dinheiro público que ficou conhecido como “mensalão”. Além da representação de corrupto, Lula é também representado como golpista.

Considerando o contexto de (16), entendemos que todos os Identificadores atribuídos ao presidente são a expressão da “bandidagem” que sempre o “cercou”. Notamos julgamentos de sanção social tanto por propriedade, quanto por veracidade, pois, conforme vimos, para Mainardi, Lula representa a corrupção e o golpismo.

Finalmente, nos dois últimos segmentos analisados nesta seção, verificamos exclusivamente o julgamento de sanção social por veracidade para representação do presidente. Em (17), há reiteração da avaliação de Lula enquanto golpista, como acabamos de ver em (16).

(17)	Lula é o chefe de uma junta de golpistas. Referendá-lo <u>significa</u> referendar o golpismo. (MAINARDI, 20017, p.148)
-------------	--

A partir das duas orações relacionais identificadoras de (17), Mainardi procura associar o presidente a atividades desonestas que apenas visam ao benefício próprio.

Atentamos para a construção sintática escolhida pelo autor na segunda oração relacional deste segmento. Como já vimos, em outros segmentos, os participantes da oração aparecem em forma de orações reduzidas. No caso de (17), eles estão suprimidos talvez por não serem relevantes para os objetivos do autor do texto. Os participantes corresponderiam aos atores sociais ativados. Mainardi preferiu representar aqui somente o ator Beneficiário – Lula.

Constatamos, em (18), semelhantemente ao segmento (6), que o jornalista Mainardi aparece como o Atribuidor do processo *chamar* (em uma das orações relacionais do segmento), e que Lula aparece como participante passivado.

(18)	No Manhattan Connection de março de 2005, fiz o seguinte comentário: “ Lula é um oportunista. ” [...]. Eu admito que chamei Lula de oportunista. Eu admito que, privadamente, costumo referir-me a ele com termos bastante mais impróprios.” (MAINARDI, 2007, p.187)
------	--

Além do processo *chamar*, aparece, em (18), o processo *ser*. Em ambas orações relacionais, o Portador é Lula, e os Atributos são equivalentes – “oportunista”. Aliás, esse Atributo corresponde também a uma das avaliações de Lula em (7). Essas representações resultam em julgamentos de sanção social por propriedade.

Antes de passarmos para a seção de análise seguinte, esclarecemos que, na presente seção, verificamos a predominância de julgamentos de estima social por capacidade. Isso implica, em especial, a representação de um presidente incompetente, que tem constantemente sua capacidade para governar e sua inteligência postas à prova pelo autor dos textos.

Na próxima seção, apresentamos segmentos que têm por alvo de representação o governo Lula ou seu partido. Notificamos que a numeração dos segmentos é continuidade desta seção.

3.2 Representações do governo e do partido de Lula

Chamamos a atenção para o modo diferente com que Mainardi representa os

atores desta seção, a começar pelo tipo de julgamento empregado na ampla maioria dos segmentos – em nove, dos doze analisados.

Consideramos pertinente tornar clara a classificação que utilizaremos, em termos de categorias de representação de atores sociais, ao longo da seção. O “lulismo”, o “petismo”, bem como “os petistas”, “os lulistas”, serão considerados como pertencentes à subcategoria Classificação – segundo orientação política. Conforme explicado no capítulo 2, van Leeuwen (1997) institui a Categorização como uma das formas de representar grupos de atores; além disso, identifica outras duas subdivisões para esta categoria: ela pode ser expressa tanto pela Funcionalização, quanto pela Classificação, e é esta que nos interessa neste trabalho.

No primeiro segmento analisado, os participantes julgados são os lulistas, que aparecem ativados por possessivação (“método deles”).

(19)	Os lulistas querem comprar a imprensa. É o método deles. Compram tudo. Compram jornalistas, compram deputados, compram nordestinos pobres. (MAINARDI, 2007, p.133)
------	---

Os atores são acusados por Mainardi de utilizarem meios ilícitos para conseguirem qualquer coisa em seu benefício, como se isso tivesse se tornado algo natural em qualquer atividade envolvendo lulistas.

Com a representação criada pelo autor, em (19), entendemos que aqueles que apoiam Lula e seu governo mantêm uma conduta imprópria, imoral, que não respeita leis. Dizemos, pois, que o autor opta por um julgamento de sanção social por propriedade.

Na oração relacional atributiva de (20), há um recurso argumentativo bastante típico da escrita de Mainardi, que é a ironia.

(20)	O lulismo <u>está</u> cheio de almas pias. Há almas pias dispostas a roubar. Há almas pias dispostas a chantagear. Há almas pias dispostas a comprar deputados. Há almas pias dispostas a matar prefeitos. (MAINARDI, 2007, p.205)
------	---

O leitor, inicialmente, é levado a crer que a avaliação acerca do lulismo será positiva; logo, porém, a afirmação sobre o lulismo estar “cheio de almas pias” se converte em ironia, e esta é esclarecida no restante do segmento. As representações que seguem acusam o lulismo de estar repleto de sujeitos imorais

(“almas pias dispostas a chantagear”), corruptos (“almas pias dispostas a comprar deputados”) e, até mesmo, criminosos, que roubam e matam (“almas pias dispostas a matar prefeitos”). Identificamos, portanto, novamente, julgamentos de sanção social por propriedade.

A estrutura sintática de (20) difere da estrutura de uma relacional tradicional. O Atributo da oração (“cheio”) aparece agregado a um complemento nominal (“de almas pias”) que, por sua vez, é complementado por adjetivos em forma de orações encaixadas. Nesse sentido, entendemos que o Atributo da oração se prolonga além da oração relacional, complementando-se nas orações adjetivas restritivas reduzidas que a seguem.

Em (21), notamos uma particularidade na sintaxe da oração relacional e também uma ironia, bem como em (20). Além disso, aparece, pela primeira vez, um ator social impersonalizado, representado por objetivação – o “PT”.

(21)	O presidente manda. O jornalista publica. O contribuinte paga. Mas nunca fica sabendo onde foi parar o tutu. É o esquema perfeito. Esse é o único lado bom do PT: seus enredos criminosos sempre fecham. De um jeito ou de outro, tudo se encaixa. Tudo remete a Lula e a José Dirceu. (MAINARDI, 2007, p.137)
------	---

Inicialmente, neste segmento, Mainardi chama a atenção para um “lado bom” do PT, ao contrário do que se espera; contudo, tal qual em (20), logo entendemos que a afirmativa é fruto do tom irônico comum ao discurso mainardiano, pois o autor atribui uma caracterização negativa para indicar o que seria o tal “único lado bom” do PT.

Em (21), a oração relacional aparece, mais uma vez, de maneira distinta do tradicional. Isso porque o participante Identificador aparece em dois momentos: no início da oração (“esse”) e intercalada com o participante Identificado (“o único lado bom do PT”), quando o Identificador é, finalmente, esclarecido. Em outras palavras: inicialmente, a oração relacional apresenta o participante Identificador e o Identificado, respectivamente – “Esse é o único lado bom do PT”. Em seguida, o participante Identificador é esclarecido em forma de oração encaixada: “seus enredos criminosos sempre fecham”.

Na segunda vez em que aparece o participante Identificador, o PT é ativado por possessivação, ao mesmo tempo em que é associado à criminalidade – julgamento de sanção social por propriedade. Importante notar que não há

representação do ator que considera criminosas (“enredos criminosos”) as atividades nas quais os petistas se envolvem.

No fim do segmento (21), a representação que Mainardi faz do PT acaba por atingir também o alvo Lula, associado ao ex-ministro da Fazenda, José Dirceu³. O julgamento de sanção social que o autor atribui ao PT acaba por acusar de criminoso também o presidente.

Em (22), os participantes Identificado e Identificador que constituem a oração relacional aparecem em forma de orações. Já verificamos isso em outros segmentos analisados anteriormente.

(22)	Disse e repito: vote em Geraldo Alckmin. É o melhor jeito de importunar os petistas. O único ponto que realmente os importuna é a idéia de perder o poder. De entregar os cargos. De atrapalhar os negócios. (MAINARDI, 2007, p.121)
-------------	---

No segmento (22), os “petistas” aparecem como atores Beneficiários, e isso nos permite classificá-los enquanto participantes julgados. Quando o autor representa os petistas, há o mesmo tipo de generalização que verificamos quando Mainardi representou “os lulistas”, “o lulismo”, “o PT” – nos segmentos anteriores – e, da mesma forma, representará “os deputados”, mais adiante.

Em (22), particularmente, o autor opta por generalizar a avaliação negativa a respeito das pessoas ligadas ao PT, à medida que não nomeia nenhum integrante especificamente. Mainardi poderia, por exemplo, nomear unicamente os integrantes do PT que ele desejava depreciar, caso acreditasse que nem todos o merecessem. Da maneira como os petistas foram representados, entretanto, não há dúvidas de que o autor queria difundir, no leitor, a ideia de que todos os membros do PT são, segundo representação de (22), mesquinhos.

As orações que fazem papel de Identificador sugerem que os petistas valorizam em demasia o dinheiro e prezam, antes de qualquer outro valor, os bens materiais que lhe proporcionam riqueza e poder. Logo, em (22), o julgamento que está representado é, mais uma vez, o de sanção social por propriedade.

Ainda, em (22), o autor utiliza, como recurso argumentativo, uma estrutura sintática peculiar, pois as duas últimas frases do segmento são fragmentadas, ou seja, não constituiriam orações completas; elas, na verdade, complementam o

³ José Dirceu esteve envolvido em denúncias de corrupção no governo federal – “mensalão”; o ministro Joaquim Barbosa, relator do caso no Supremo Tribunal Federal, atribuiu ao ex-deputado a liderança do esquema.

sentido de “idéia de”, presente na oração anterior. Essa sintaxe está presente também em (5), como já enfatizamos.

Em (23), Mainardi cria, por meio de uma oração relacional atributiva, uma analogia entre o lulismo e uma patologia.

(23)	O lulismo é uma psicopatia. (MAINARDI, 2007, p.119)
------	--

Aqui, o autor procura caracterizar os simpatizantes ou aliados de Lula conforme as características típicas dos enfermos de uma doença mental grave. A partir desse segmento, se considerarmos a definição de “psicopatia” atribuída ao lulismo, entendemos que os adeptos do presidente apresentam comportamentos antissociais e, principalmente, amorais, sem sequer demonstrarem arrependimento ou remorso por algum ato condenável que cometam. Cria-se, pois, outro julgamento por propriedade.

No segmento (24), tal qual vimos em (21), os integrantes do Partido dos Trabalhadores são representados pela sigla PT, que abrevia o nome do partido do presidente Lula. Ainda aparece o termo “petismo” para referir-se a esses mesmos atores.

(24)	O PT sempre foi mole contra o crime. Na realidade, o petismo nem encara a criminalidade como um problema. (MAINARDI, 2007, p.194)
------	--

“O crime” aparece passivado por circunstancialização em uma oração cujo ator ativado é o PT. Segundo a oração relacional atributiva, o PT é julgado por propriedade; a representação que decorre disso é, evidentemente, depreciativa, já que Mainardi acusa o Partido dos Trabalhadores de ser complacente (“mole”) com atos criminosos.

Em (25) e (26), assim como também em (20), Mainardi acusa aliados de Lula de ladrões, os quais veem como hábito a prática do roubo. Constituem-se, repetidamente, julgamentos de sanção social por propriedade.

(25)	O máximo que podemos desejar de um político é que ele tenha medo de roubar. Os lulistas não tinham medo. Por dois anos e meio, roubaram e deixaram roubar, absolutamente seguros de que não seriam descobertos. (MAINARDI, 2007, p.43)
------	---

Em (25), os atores Portadores “lulistas” são associados ao roubo por meio de uma oração possessiva. A continuidade do segmento ainda reforça a ideia de que eles roubam descaradamente, isto é, sem temer qualquer tipo de punição, certos de que não serão descobertos. Isso também implica certa cumplicidade entre membros do governo envolvidos em atividades ilegais.

Cabe-nos assinalar, a essa altura das análises, que Mainardi opta por reiterar constantemente a associação de atores próximos a Lula com práticas criminosas. Integrantes do partido do presidente são, em (26), alvo da representação do autor mais uma vez. No segmento, os petistas são representados como ladrões.

(26)	A roubalheira petista é infinitamente maior do que aquilo que apareceu até agora. (MAINARDI, 2007, p.33)
------	---

À oração relacional atributiva deste segmento, Mainardi agrega uma encaixada. O autor ativa os petistas com uma nominalização pós-modificada – “roubalheira petista” – que constitui uma metáfora gramatical.

No segmento (27), Mainardi se refere aos deputados do governo lulista. Fica evidente que o que interessa ao autor, nas representações que ele costuma fazer, é atingir alvos que digam respeito a Lula ou seu governo em geral.

(27)	Naquele período [novembro 2004], o esquema de pagamento ilegal aos deputados ainda era muito incipiente. (MAINARDI, 2007, p.233)
------	---

Na oração relacional atributiva de (27), aparece uma metáfora gramatical expressa pela nominalização “esquema de pagamento ilegal”, que acaba por suprimir o ator ativado; contudo, embora não saibamos os responsáveis pelo ato criminoso, somos capazes de concluir que atos desse tipo aconteciam, no quadro político brasileiro (desde novembro de 2004), e que estavam envolvidos membros do governo – “os deputados”, atores sociais categorizados por funcionalização.

No caso da representação de (27), convém a Mainardi explicitar somente os atores Beneficiários do esquema de corrupção que passou a existir, a partir de janeiro de 2006, no Brasil – o “mensalão” – sobre o qual falamos na análise do segmento (16) da seção anterior.

Os três últimos segmentos desta seção se diferenciam dos até então analisados, porque não constituem julgamentos de sanção social por propriedade.

Em (28), há supressão de um dos participantes da oração relacional atributiva.

(28)	O PT alardeia que um <i>impeachment</i> de Lula pode resultar num golpe de Estado. É mais uma empulhação petista. (MAINARDI, 2007, p.25)
------	--

Este segmento apresenta a oração relacional fragmentada, porque, explicitamente, existe um Identificador (“mais uma empulhação petista”) sem Identificado. No entanto, constatamos que toda a oração anterior (“O PT alardeia que um *impeachment* de Lula pode resultar num golpe de estado”) corresponde ao participante Identificado (equivalente a: ‘Isso é mais uma empulhação petista’). Dizemos, então, que há supressão de um participante, pois ele está na forma de oração. É a partir do Identificador que apreendemos a representação que Mainardi busca fazer do PT, ator que aparece ativado por uma nominalização pós-modificada.

Segundo a representação de (28), entendemos que faz parte da conduta petista a mentira e o logro. Como consequência, podemos, até mesmo, concluir que o partido do presidente Lula geralmente se utiliza de artifícios que visam a iludir a população. Há, portanto, um julgamento de sanção social por veracidade, em que o ator PT é representado como mentiroso, enganador. É o mesmo tipo de julgamento que encontramos em (29).

O artigo de onde foi extraído o penúltimo segmento se intitula “Lula, Freud e dinheiro sujo: tudo a ver”. Nele, Mainardi enumera onze fatos que resumem os episódios que deram origem a uma CPI dos Sanguessugas, cujo objetivo era investigar e punir assessores de parlamentares envolvidos no desvio de dinheiro público destinado à compra de ambulâncias.

(29)	[...] Mas todos os rastros, de 1 a 11, apontam para o mesmo lugar: o Palácio do Planalto. Os golpistas que tramaram contra os tucanos eram da turma do presidente. E tudo indica que o dinheiro que eles usaram veio de lobistas e empresários que tinham interesse no governo federal. (MAINARDI, 2007, p.143)
------	--

Em (29), Mainardi faz referência a atores que, de forma generalizada, dizem respeito a colaboradores do governo de Lula que supostamente se envolveram em um esquema de corrupção. Na oração relacional identificadora, especificamente, esses atores são julgados “golpistas”, avaliação que foi também destinada ao presidente Lula em (17).

Os participantes Identificados de (29) já possuem conotação negativa e ainda a oração encaixada (oração relativa definida) que a eles se agrega traz o verbo *tramar*, que reforça o efeito de sentido negativo.

O presidente Lula aparece ativado por possessivação (“turma do presidente”) e, naturalmente, de acordo com as representações típicas de Mainardi, é afetado pela avaliação desfavorável primeiramente dirigida a terceiros. Pelo contexto, verificamos que o primeiro alvo da representação foi o “Palácio do Planalto”, que leva a generalizações; depois, o autor identifica “golpistas” do Palácio do Planalto; por último, entendemos que os atores anteriormente citados por Mainardi acabam por representar um único participante e, por extensão, maior culpado pelas atividades atribuídas aos outros: Lula, categorizado por funcionalização no segmento (“presidente”).

Finalmente, em (30), Mainardi estabelece uma relação estreita entre Lula - lulismo e ele próprio.

(30)	É só para isso que eu sirvo. Meu dedo está eternamente apontado para o peito de Lula. Eu sou a bússola do lulismo, o ponteiro magnetizado destes tempos ruins. (MAINARDI, 2007, p.209)
------	---

Notamos, primeiramente, uma aproximação entre Lula e lulismo. Envolvidos na mesma representação, no início, o ator mencionado é Lula e, na oração relacional identificadora, o ator é o lulismo. Confirmamos, pois, que a representação que Mainardi faz acerca do “lulismo” não vai só ao encontro da que ele faz de Lula, mas, na verdade, passa a ser a do presidente, por extensão.

Em (30), Mainardi também estabelece uma relação de proximidade entre ele e os atores mencionados. Na oração relacional ele chega, inclusive, a vincular o lulismo a si. Inicialmente, entendemos que o lulismo tem/precisa de uma “bússola”; constatamos isso por meio de uma nominalização pós-modificada na qual o lulismo aparece ativado por possessivação. Na sequência do segmento, Diogo Mainardi se identifica como sendo a tal bússola de que precisa o lulismo, “o ponteiro magnetizado” capaz de guiar Lula e lulistas e de indicar o rumo certo a tomar nesses “tempos ruins”.

Nesse sentido, o julgamento que encontramos, em (30), é o de estima social por capacidade, uma vez que entendemos que “tempos ruins” é uma avaliação do governo Lula e que o principal personagem desse governo – o presidente – não é

habilidoso o suficiente para promover tempos de melhorias e progressos para o país, pelo contrário.

Além disso, entendemos que, se Lula e o lulismo precisam de uma “bússola” para saber as direções a seguir, é porque são incapazes de definir sozinhos o melhor caminho para o desenvolvimento do Brasil; aliás, a ajuda de que eles precisam é Mainardi quem pode dar, conforme fica claro na representação deste segmento.

Ao encerrarmos esta seção de análises, reiteramos a predominância de julgamentos de sanção social por propriedade. A principal avaliação que Mainardi destinou a atores pertencentes ao governo Lula (ou seus aliados) foi de corruptos.

A próxima seção encerra as análises das representações sociais que Diogo Mainardi constrói discursivamente, em *Lula é minha anta*, a respeito de atores que interessam ao cumprimento dos objetivos deste trabalho. Esses atores são: Lula, governo e partido lulistas e o próprio autor dos textos.

3.3 Autorrepresentação de Diogo Mainardi em *Lula é minha anta*

Reiteramos que nosso objetivo maior não é analisar o *ethos* discursivo de Diogo Mainardi; contudo, vemos necessidade de fazer referência a isso, porque nos ajuda a entender a disposição que o autor mostra em desqualificar o presidente Lula. Além disso, nas análises dos segmentos apresentados, Mainardi não só constrói representações de atores como Lula e governo, mas também tece sua própria representação ao longo dos artigos. Nos textos de *Lula é minha anta*, o autor seguidamente se caracteriza e se define em função do que o presidente Lula representa para ele, a começar pelo título do livro, que é explicado em um artigo intitulado *Uma anta na minha mira*.

Chegaram a atribuir motivos ideológicos à minha campanha contra o presidente. Não é nada disso. Tentei derrubá-lo por esporte. Há quem pesque. Há quem cace. Eu não. Prefiro tentar derrubar Lula. **Ele é minha anta. Ele é minha paca.** O fato é que atirei tanto, e em tantas direções, que acabei atingindo um monte de alvos. (MAINARDI, 2007, p.62)

No artigo do qual foi extraído este segmento, Mainardi justifica sua insistência em falar de Lula afirmando que, diferentemente das pessoas que pescam ou caçam nas horas de lazer, o que mais lhe dá prazer é tentar derrubar Lula. O presidente

(Identificado) é tido como alvo, similar a uma anta ou paca que são as presas daqueles que se divertem caçando. Por meio dos participantes Identificadores, Mainardi é ativado por possessivação – “minha anta” e “minha paca” – e, portanto, diretamente associado a Lula.

No decorrer do artigo “Uma anta na minha mira”, Mainardi procura explicar que anta e paca foram utilizados ali como equivalentes a substantivos (animais de caça), não adjetivos. Nesse sentido, não podemos afirmar que há julgamento nessa oração relacional e, em vista disso, não a analisamos integralmente na seção anterior. É válido notar, contudo, que a opção do autor em fazer uso da oração “Lula é minha anta” como título do livro, buscava levar o público a fazer uma outra leitura. Uma vez que o título é o primeiro contato do receptor com o autor dos textos, possivelmente o intuito de Mainardi, ao dar o título que deu ao livro, era fazer o leitor crer que “anta” era um adjetivo, escolhido para caracterizar negativamente o presidente – o que constituiria um julgamento de estima social por capacidade.

Devemos considerar ainda que a ambiguidade causada pelo termo “anta” buscava causar impacto no leitor, objetivo que reflete o *ethos* do autor, evidente em outras passagens do *corpus*. No que diz respeito ao título do livro, por fim, cabe-nos salientar que Mainardi não só parece reconhecer que seu *ethos* está ligado a Lula, como também acredita que isso mereça ser destacado no título da obra, como legítima marca de autoria.

Do mesmo modo que no trecho destacado acima, em outras passagens Mainardi fala de si a partir de Lula. Destacamos um fragmento de outro artigo intitulado “O fim de Lula. E o meu.”:

Ganhei de presente um Lula de pelúcia.[...] Quem me acompanha sabe que, nesses anos todos, Lula foi meu ursinho Pooh, meu amigo imaginário, meu companheiro de jogos. Eu dormi com Lula, acordei com Lula, dei banho em Lula. Quando ganhei o Lula de pelúcia, fui acometido por um forte sentimento de nostalgia. Dei-me conta de que, nos próximos meses, assim que o Lula verdadeiro cair, assim que ele morrer politicamente, assim que ele for enterrado, essa alegre e despreocupada fase da minha vida também chegará ao fim. O meu Lula de pelúcia ficará guardado para sempre no fundo do armário, todo encardido, cego do olho esquerdo, com o bracinho pendente, descosturado. Lula foi o ponto alto da minha carreira jornalística. Com seu desaparecimento, decairei miseravelmente. [...] Morrerei com o Lula de pelúcia no colo. (MAINARDI, 2007, p.47)

Novamente, Mainardi admite ter sua vida vinculada ao presidente Lula e assim se representa de forma constante em todos os textos do *corpus*. Outro aspecto que julgamos pertinente comentar, em termos de *ethos* do autor, é em

relação às estruturas sintáticas que empregou nos períodos analisados nas duas seções anteriores. Certos aspectos sintáticos, para os quais já chamamos a atenção em 3.1 e 3.2, mostraram-se comuns nos segmentos analisados neste trabalho. Atentamos, agora, para o fato de os períodos se constituírem, em sua maioria, de frases curtas.

Em termos de pontuação, o ponto final fez-se predominante em segmentos nos quais até mesmo substantivos constituíam frases, como vimos em (5). Aliás, no segmento (5) – como também em (2), (16), (19), (23) – os atributos e os identificadores que representam Lula (ou seu governo) é que se encontram entre pontos finais. Entendemos, por essas escolhas, que a pontuação dos textos serviu sobremaneira como estratégia argumentativa de Mainardi a fim de chamar a atenção do leitor para cada passagem de seu discurso, e que o permitiu destacar aquelas que melhor contribuíram para tecer sua representação acerca do presidente Lula.

CONCLUSÕES

Haja vista que a linguagem é a mediadora de muitas práticas sociais e que a partir dela os indivíduos são capazes de representar suas experiências, analisamos representações sociais construídas linguisticamente em artigos de opinião. Mais especificamente, analisamos, nesta pesquisa, as representações que o jornalista Diogo Mainardi fez, no livro *Lula é minha anta*, da figura maior da política brasileira hoje: o presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Como suporte teórico para as análises, utilizamo-nos de três perspectivas de estudo da linguagem: a Teoria da Avaliatividade (categoria de Julgamento), de Martin e White (2005), a Teoria de Atores Sociais, de van Leeuwen (1997) e a Gramática Sistêmico-Funcional (Transitividade), de Halliday & Matthiessen (2004). Tendo em vista a quantidade de textos do livro *Lula é minha anta*, fez-se necessário estabelecermos critérios para proceder às análises. Resolvemos, então, analisar exclusivamente segmentos que unissem categorias específicas das três teorias com as quais decidimos trabalhar, quais sejam: o segmento deveria constituir uma oração relacional – oração simples – que tivesse como atores representados Lula, o governo ou o PT e que apresentasse características de julgamento.

Após a análise manual do *corpus*, recorreremos à ajuda da ferramenta eletrônica TextSTAT para selecionar os segmentos passíveis de análise. Conseguimos, desta forma, fazer recortes de artigos que resultaram em trinta segmentos. Neles, foi possível identificar as representações que nos interessavam neste trabalho, a fim de responder a nossa pergunta de pesquisa: como o jornalista Diogo Mainardi realiza linguisticamente a representação do ator social Lula, de seu partido e de seu governo? Lembramos que, além dessas representações, Mainardi delineia a sua própria ao longo dos textos e, em certa medida, esta também foi investigada.

Importante relembrar aqui que todos os textos que serviram de *corpus* a esta pesquisa foram veiculados na Revista Veja e que, assim como nós, grande parte da população teve acesso a eles. Logo, a opinião, os julgamentos e os valores defendidos por Mainardi, tão fortemente marcados em cada artigo, ganharam ampla circulação entre leitores de classe média-alta do Brasil. Devemos, inclusive, considerar a possibilidade de que mudanças nas práticas sociais de uma grande

parcela de brasileiros possam ocorrer simplesmente a partir das práticas discursivas de um ator social particular.

Nos segmentos analisados e apresentados neste trabalho, não encontramos nenhuma manifestação que avaliasse positivamente quaisquer dos atores que investigamos. As escolhas léxico-gramaticais que Mainardi utilizava para representá-los sempre comprometeram, no mínimo, a capacidade e ética destes. Para melhor visualizarmos os resultados obtidos, apresentamos figuras que contemplam cada uma das teorias de análise linguística com as quais trabalhamos.

Primeiramente, destacamos as representações que Diogo Mainardi fez de Lula em termos de julgamento. Notamos, em especial, que o autor optou por representar Lula predominantemente questionando sua capacidade intelectual. Dentre as quarenta e nove ocorrências de julgamento designadas ao presidente, vinte e três eram de estima social por capacidade. Houve seis ocorrências de julgamento por tenacidade e quatro por veracidade. O julgamento por propriedade foi escolhido para representar Lula em dezesseis situações.

A Figura 8 sintetiza os resultados obtidos em termos dos julgamentos destinados ao presidente, os quais serão discutidos a seguir.

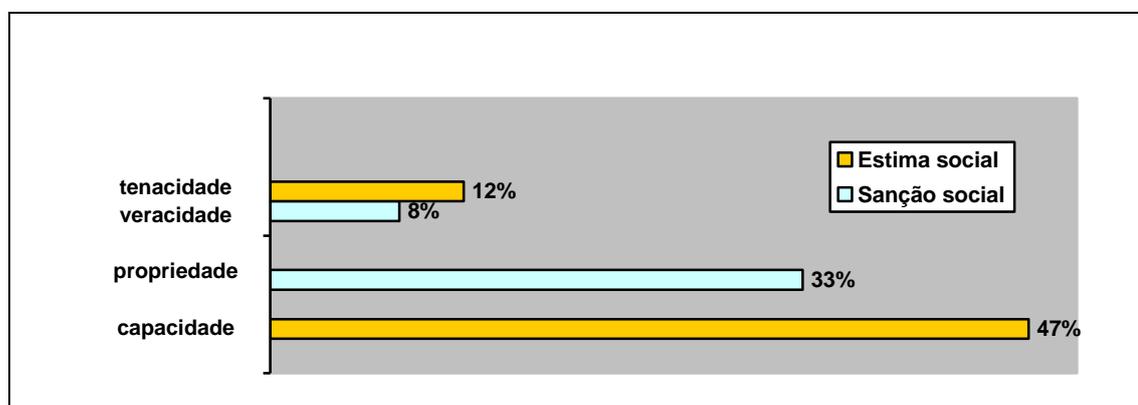


Figura 8 – Ocorrências de julgamentos para representação do ator social Lula

Nos julgamentos que avaliavam a capacidade do presidente, destacaram-se aqueles que avaliavam a competência dele em administrar o país. Logicamente, esta habilidade foi questionada, e Lula, de acordo com as representações de Diogo Mainardi, não teria condições de governar o Brasil; pior que isso, o presidente estaria até mesmo desautorizado a fazê-lo devido a sua “boçalidade”, a “suas tolices e ideias feitas” e a sua ignorância (como vimos, especialmente, nos segmentos (1),

(5) e (6)). Além disso, Mainardi atribui a Lula, por diversas vezes, a responsabilidade pelo atraso do nosso país (ver, por exemplo, segmentos (3), (5) e (10)).

Os julgamentos de estima social se mostraram maioria; representaram 59% das ocorrências, contra 41% das de sanção. A primeira conclusão a que chegamos, diante desses resultados, é que Mainardi coloca em discussão e apresenta para o leitor o julgamento do presidente em termos de normas sociais que não implicam nada além de sua depreciação e sua desvalorização diante da sociedade. Evidentemente, esse tipo de julgamento leva a uma avaliação negativa de Lula, mas, ao mesmo tempo, prova que nada mais é do que uma visão particular de um sujeito, já que, legalmente, não merece punições por parte de qualquer instituição. Afinal, não há punições para quem é representado como burro, ignorante, boçal, que foram as avaliações mais comumente destinadas ao presidente.

A segunda conclusão a que chegamos é que os julgamentos de Mainardi estão vinculados fundamentalmente na sua antipatia pelo presidente e na sua já reconhecida posição antigoverno, assinalada pelo amigo Mario Sabino, na citação que transcrevemos no primeiro capítulo deste trabalho. Isso quer dizer que outros jornalistas, outros sujeitos, podem construir uma representação totalmente distinta, que represente Lula como um governante inteligente, competente.

Um leitor crítico é capaz de perceber que a representação que Mainardi faz de Lula, ao contrário do que ele próprio afirma, é fruto de uma implicância particular, que não merece ser considerada para fins de avaliação da conduta do presidente Lula como representante político do país.

Por outro lado, se pensarmos que a maior parte do público de Mainardi é formada por leitores mais desinteressados (ou que apenas tenham interesse em informações gerais e por isso leem a coluna do jornalista), teremos outro efeito sob a representação do autor acerca do presidente Lula. Um discurso tão incisivo e tão agressivo quanto o de Mainardi acaba por torná-lo convincente e, diante dele, um leitor mais ingênuo vê-se incapaz de questionar, ou, pelo menos, não acredita ter argumentos suficientes para refutar as teses tão veementemente defendidas pelo autor.

Logo, tendo em vista que a maior parte do público-leitor de Mainardi não se constitui de estudiosos críticos da linguagem, é bem possível que os julgamentos que ele faz do presidente Lula – os quais são veiculados, na revista *Veja*, em forma

de artigos – passem a ser partilhados com seus leitores, como o autor, sem dúvida, pretende.

Até então, discutimos os resultados das análises de representação de Lula em termos de avaliatividade. Comentamos, a seguir, os resultados obtidos no que diz respeito às categorias de representação de atores sociais.

A primeira coisa que nos chamou a atenção foi a predominância da Nomeação informal quando o autor trata de Lula – em todos os dezoito segmentos. Há apenas uma ocorrência da categoria de Nomeação por Titulação. Conforme já observamos nas análises, o único momento em que Lula é apresentado com o título honorífico de *presidente* é quando Mainardi procura desconstruir a imagem de Lula como tal – “Lula – o meu Lula – já não é mais o presidente Lula.” (segmento (3)). Pelo que entendemos daquele segmento, todo presidente deveria cumprir a responsabilidade de governar o país e levá-lo ao progresso; Lula não é capaz de fazê-lo e, portanto, deveria perder a suposta autoridade que lhe foi dada quando eleito presidente.

Interessante destacar também que, em todos os noventa e seis textos que compõem *Lula é minha anta*, não há ocorrência de Nomeação formal, quando o autor se referia a Lula. Podemos interpretar a preferência de Mainardi pela Nomeação informal como mais uma estratégia discursiva. Se o autor optasse por representar Lula constantemente pelo sobrenome ou pelo título de presidente, por exemplo, ele manteria certo grau de formalidade que vai de encontro a seus objetivos.

É visível, ao longo das representações, que Mainardi procura avaliar Lula sob o ponto de vista de alguém aparentemente próximo e que acredita ter mais direitos de falar (mal) dele, como se o conhecesse melhor que outras pessoas (a exemplo do segmento (6)). Além do que, sempre que nos referimos a alguém e fazemos questão de utilizar algum tipo de honorificação é porque reconhecemos certa autoridade naquele sujeito. Mainardi, como sabemos, ao contrário disso, busca desqualificar qualquer autoridade que Lula possa representar; logo, não há razão para apresentá-lo discursivamente em termos de sua titulação.

Além da Nomeação informal, outra categoria de representação que foi bastante explorada por Diogo Mainardi, ao referir-se ao ator Lula, foi a Associação. A Figura 9 ilustra as representações criadas por Mainardi, por meio desse recurso, para (des)construir a imagem do presidente.

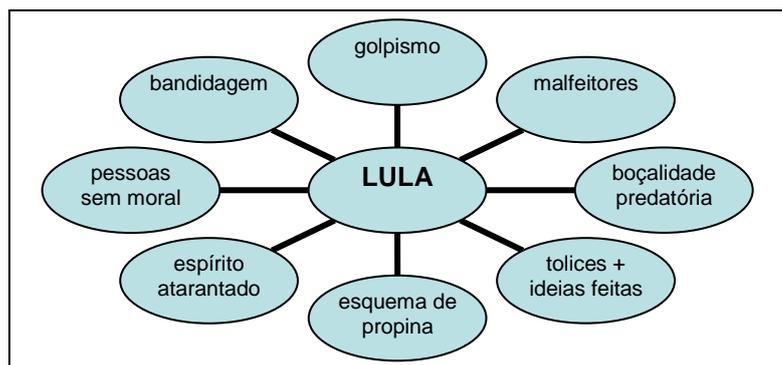


Figura 9 – Associações utilizadas para representar Lula

Segundo constatamos nos segmentos analisados e conforme mostra a Figura 9, de acordo com Diogo Mainardi, Lula aparece representado como um sujeito que partilha com outros características como ser tolo, ignorante, bandido, amoral, corrupto. Esse tipo de representação, da mesma forma que as orações relacionais fazem no nível da oração, permite o estabelecimento de relações identitárias no nível do discurso. Diferentes termos são utilizados para conferir ao participante Lula traços semânticos que o associam a atividades socialmente condenáveis e que, por extensão, colaboram para a avaliação negativa da figura do presidente.

As últimas categorias de representação de atores sociais que precisamos destacar, dentre as escolhidas por Mainardi para representar Lula, são a Ativação e a Passivação.

De acordo com os segmentos analisados, tanto a Ativação quanto a Passivação serviram para representar Lula desfavoravelmente. Não importava se o presidente era representado como efetivamente realizando alguma atividade ilegal, por exemplo, ou se aparecia apenas como se fosse afetado por ela. O resultado da representação que Mainardi buscava era sempre no sentido de depreciá-lo.

Podemos pensar que o fato de Lula não aparecer sempre como força ativa, em dada atividade, significa que ele é apenas “vítima” de algum ator que apareça ativado, o que não deixa de ser verdade, logicamente; o que é válido notar, contudo, é de que forma Mainardi optou por passivar Lula. Nesse sentido, observamos que, na maioria dos segmentos, o presidente aparece passivado porque é Beneficiário de alguma atividade capaz de desqualificá-lo. Como já enfatizamos, Lula é chamado de ignorante, de autoritário, de oportunista, entre outras avaliações, assim como aparece alvo de ridicularizações e, até mesmo, de esquemas de corrupção.

Em geral, as orações relacionais que passivam Lula têm como participante ativado Diogo Mainardi, ou seja, é ele quem submete o presidente a alguma

atividade que vise à sua desvalorização. Esse tipo de representação coloca em primeiro plano o papel ativo de Mainardi e, ao mesmo tempo, torna mais visível que é ele quem cria essa representação, de modo que entendemos que outros sujeitos talvez representassem Lula de maneira diferente. De qualquer forma, discursos que veiculam representações hostis acerca de Lula, como essas que Mainardi faz, sempre colaboram para a construção de uma identidade contrária à que se espera para um presidente da República.

A Figura 10 apresenta as categorias de representação de atores sociais usadas para representar Lula. Esclarecemos que elas foram quantificadas pelo número de incidência de cada uma nos recortes de texto analisados e que a presença de uma categoria em um segmento não excluía a presença da outra. Isso ficou visível especialmente nas orações em que Lula aparecia associado a outro ator por possessivação; nesses casos, ele também era automaticamente ativado em relação à atividade ali representada.

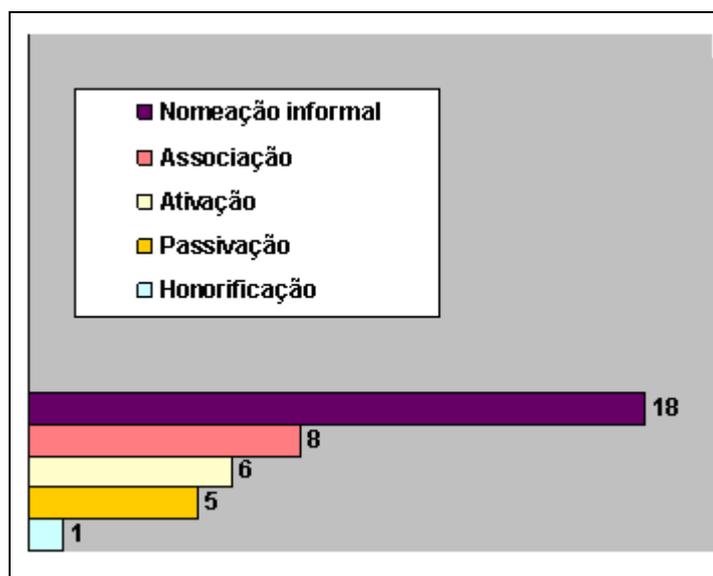


Figura 10 – Categorias de representação de atores sociais na avaliação de Lula

Cabe-nos ainda buscar a interpretação acerca da grande incidência de orações relacionais no modo identificador, quando Mainardi representa Lula, nos segmentos analisados.

A predominância de participantes Identificadores, em detrimento de Atributos, indica-nos que o autor procura não somente classificar Lula como membro de uma ou outra classe, mas preferencialmente atribuir a ele, a partir do seu ponto de vista,

identidades. Vimos, a partir das análises dos segmentos cujo ator social é Lula, que os participantes identificadores de Lula nunca eram favoráveis à imagem do presidente e, portanto, levavam a uma representação negativa deste. Constatamos isso à medida que se tornou comum o uso de orações relacionais identificadoras a partir das quais depreendíamos as seguintes representações: “A degenerescência intelectual serve para definir a identidade de Lula” (segmento (4)), ou ainda, “Lula é identificado por ser o símbolo de nossas características mais regressivas, de nosso atraso” (segmento (5)).

A Figura 11 ilustra o número de ocorrência de participantes Identificadores e participantes Atributos nas representações do presidente Lula.

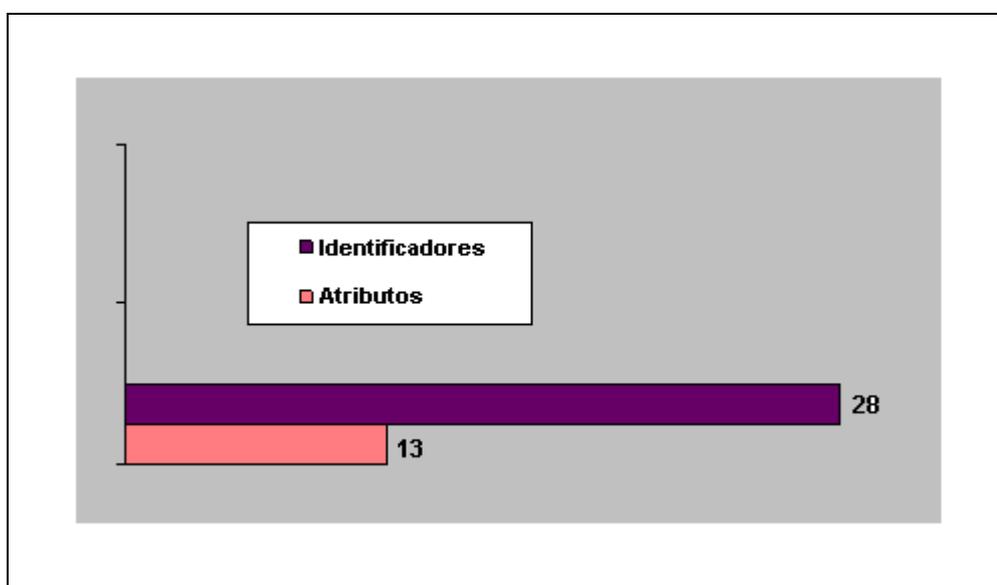


Figura 11 – Participantes das orações relacionais na representação de Lula

Além do destaque para as orações no modo identificador, notamos também a preferência de Mainardi por orações relacionais cujo processo é marcado pelo verbo *ser*. Entendemos a ampla utilização desse verbo como natural, uma vez que é ele, dentre os processos relacionais que integram o sistema de transitividade, o que melhor ou, pelo menos, mais claramente define participantes e, conseqüentemente, constrói suas identidades discursivamente. Da mesma forma, verificamos a predominância desse processo nas representações cujos atores eram o governo Lula e seu partido, as quais passaremos a discutir agora.

Em termos de avaliatividade, notamos, ao contrário do que verificamos para a representação de Lula, a predominância de julgamentos de sanção social nas representações de Mainardi acerca do governo e PT. Os julgamentos por

propriedade aparecem com maior incidência; há duas ocorrências de julgamento por veracidade e uma ocorrência de estima social por capacidade⁴. As características mais comuns atribuídas a membros aliados do governo foram as seguintes: corruptos, ladrões, enganadores, ou seja, criminosos de diversas naturezas.

A Figura 12 sintetiza os resultados obtidos em termos dos julgamentos destinados ao governo do presidente Lula e seu partido.

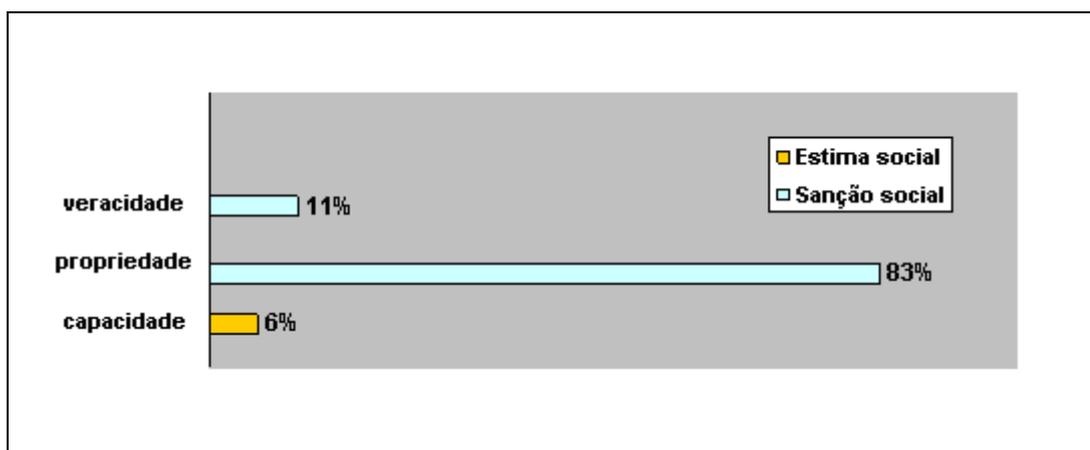


Figura 12 – Ocorrências de julgamentos para representação de atores do governo Lula e do Partido dos Trabalhadores

Conforme já esclarecido no capítulo 2, de acordo com o que defendem Martin & White (2005), as avaliações negativas decorrentes de julgamentos de sanção social estão sujeitas a punições perante a lei. Logo, concluímos que a representação que Mainardi faz de petistas e lulistas tem por objetivo não apenas importuná-los (discursivamente), todas as semanas, em sua coluna, como faz com Lula; o objetivo maior é alertar os leitores e as autoridades a respeito dos crimes que, supostamente, o atual governo brasileiro vem cometendo, a fim de que os culpados possam ser, de fato, punidos. Evidentemente são necessárias provas que legitimem as acusações de Mainardi – que se estendem a todos os partidários do governo, como ficou claro nas análises –, mas a tentativa é, pelo menos, fomentar investigações por parte daqueles a quem compete punir.

Diferentemente do que aconteceria com o presidente Lula, os lulistas e petistas seriam efetivamente punidos, caso as acusações de Mainardi contra eles fossem comprovadas, uma vez que eles são representados como atores que infringem não só normas sociais, mas também legais. Se fossem comprovados,

⁴ O julgamento de estima social por tenacidade não foi observado, no corpus, em segmentos nos quais Mainardi representou o governo Lula e o Partido dos Trabalhadores.

por exemplo, os casos de roubo (“roubalheira petista” (42)) ou corrupção (“esquema de pagamento ilegal aos deputados” (38)) para os quais Mainardi chamou atenção, ao longo dos artigos, os responsáveis deveriam ser presos e afastados da vida pública como pena para os crimes cometidos.

Nesse sentido, no que diz respeito aos julgamentos destinados ao governo Lula, podemos afirmar que são mais nocivos do que aqueles destinados ao presidente, por se tratarem de representações que, como vimos, além de apontarem os atores como transgressores de normas sociais, implicam consequências jurídicas.

Partimos, agora, para a apresentação dos resultados obtidos após a análise das categorias de representação de atores sociais que envolviam o governo Lula.

Observamos, de antemão, a predominância da Categorização sob a forma de Classificação (seis ocorrências). Diferentemente do que se verificou nas análises dos segmentos cujo ator social era Lula, não há particularização da maioria dos atores tidos como representantes do governo. Eles são representados em termos de identidades ou funções que partilham com outros atores envolvidos na mesma prática social; no caso dos segmentos analisados, os atores formam grupos que têm em comum a orientação política. Mainardi tratava-os como pertencentes à classe dos adeptos/favoráveis a Lula (“lulistas” e “lulismo”) ou ao PT (“petistas”).

Como esclarecido no capítulo 2 desta pesquisa, para van Leeuwen (1997), tanto a Classificação, quanto a Funcionalização e a Coletivização representam atores sociais em termos de grupos de indivíduos. As duas últimas foram encontradas uma única vez nos segmentos. A Impersonalização, visível no *corpus* na forma “PT”, também se mostrou possível na representação de grupos de atores (quatro incidências).

A Figura 13 sintetiza as categorias de representação de atores sociais que Diogo Mainardi lançou mão para representar o governo Lula e o Partido dos Trabalhadores. Na Figura, ao contrário da ilustração equivalente acerca do presidente, as ocorrências são apresentadas em forma de percentuais. A diferença existe porque, nas representações que o autor fez dos partidários de Lula, ele utilizou apenas uma categoria de representação por segmento; logo, é possível detectar o percentual com que cada uma apareceu, no total de doze recortes de textos.

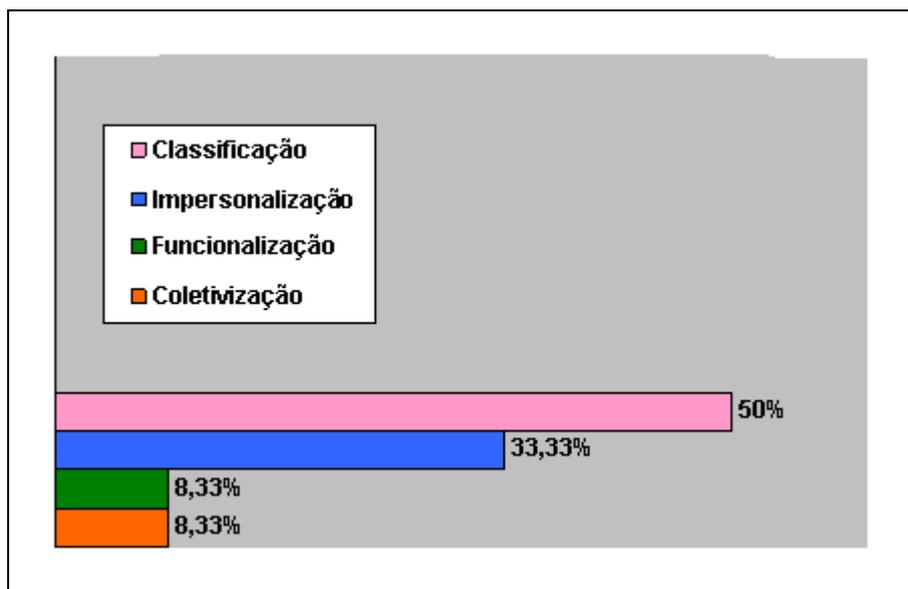


Figura 13 – Categorias de representação de atores sociais na avaliação de governo Lula e PT

Ainda que possam ser especificadas, todas as categorias de representação de atores que destacamos, na Figura 13, levam a generalizações, ou seja, estendem as avaliações negativas a um grande grupo de pessoas não nomeadas. Quando, por exemplo, Mainardi decide que o “PT” será o participante Portador ou Identificado, em uma oração, na verdade, ele busca conceder Atributos e Identificadores não a um ou outro integrante do Partido dos Trabalhadores, mas sim a todos aqueles que a ele se filiam. O mesmo acontece quando o autor se refere a “lulistas”, “petistas”, “deputados”.

Entendemos a abundância de referências genéricas, para tratar do governo Lula, como uma estratégia de Diogo Mainardi para atingir de forma mais contundente o próprio presidente. Já que o objetivo maior de Diogo Mainardi é demonstrar o lado ruim do governo Lula, é mais eficiente dizer que todos os integrantes do governo são corruptos, sem moral, sem ética. A abrangência da representação é bem maior do que se apontasse apenas um ou outro parlamentar, porque implicaria dizer que há governantes incorruptos, sérios, éticos.

Não podemos deixar de comentar que as generalizações de que Mainardi lança mão, ao fazer acusações contra o governo, é também uma forma de se defender de novos processos penais que poderiam ser abertos contra ele, caso nomeasse participantes supostamente envolvidos em crimes. Os acusados poderiam abrir processo por calúnia e difamação, danos morais.

Finalmente, no que diz respeito à forma linguística como as generalizações se mostraram no *corpus*, devemos fazer algumas considerações. De acordo com o que van Leeuwen (1997) defende (e conforme apontamos no capítulo 2), há possibilidade de fazer-se referência genérica especialmente por meio de um substantivo plural desprovido de artigo ou ainda por meio de substantivo singular acompanhado de artigo definido ou indefinido. São estruturas que verificamos em: “o PT”, “o lulismo”, “a turma do presidente”, exemplos retirados do *corpus* desta pesquisa.

Por outro lado, identificamos também, como generalizações, construções do tipo: “os petistas”, “os lulistas” e “os deputados”, ambos substantivos no plural, acompanhados de artigo definido; isso contraria, a princípio, a tipicidade de uma generalização, segundo van Leeuwen (1997). Todavia, devemos considerar que as estruturas de que tratava o autor diziam respeito a exemplos de generalização extraídos de *corpus* de língua inglesa, a qual prevê apenas aquelas ocorrências apontadas por van Leeuwen. A língua portuguesa, em contrapartida, aceita como forma de generalização também outras estruturas gramaticais, como vimos nos segmentos analisados, neste trabalho.

Finalmente, agora, destacamos os resultados de análise em termos de transitividade.

Ao contrário do que observamos quanto às orações relacionais que representavam Lula, as que representavam o governo e o PT constituíam Atributos. Melhor dizendo, em vez de Mainardi atribuir identidades aos aliados de Lula (como fazia com o presidente), eles eram apenas classificados como pertencentes a uma ou outra classe de pessoas (criminosas) – pessoas corruptas, mentirosas, golpistas.

Entendemos, nesse caso, que o emprego de orações atributivas tornou mais instável e, até mesmo, mais genérica a representação dos atores, uma vez que, assim como membros do governo ou do PT, outros que pertencem àquelas mesmas classes podem receber as avaliações que Mainardi destinou a eles. Por outro lado, quando o autor optou por representar Lula em orações identificadoras, ele buscava conferir ao presidente qualidades mais estáveis, que o tornassem individualizado, distinto das demais pessoas – ninguém seria tão ignorante quanto ele, tão incompetente, tão tolo.

A Figura 14 ilustra o número de ocorrências de participantes Atributos e participantes Identificadores nas representações do governo de Lula e de seu partido.

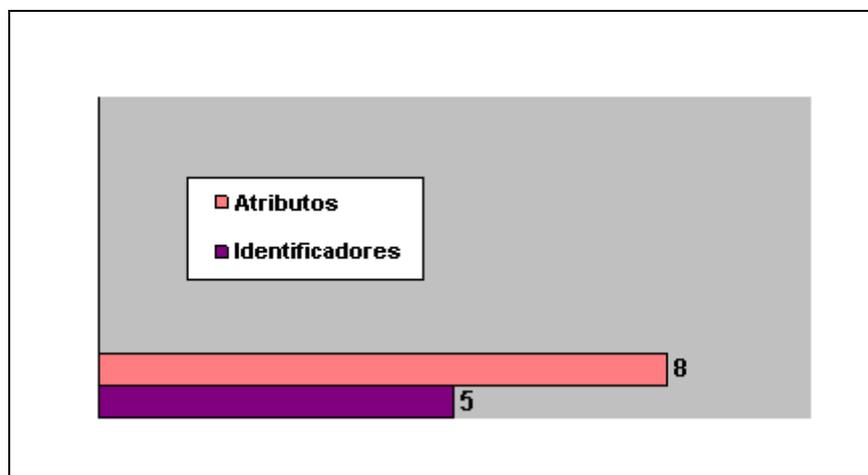


Figura 14 – Participantes das orações relacionais na representação de partidários de Lula

Embora tenhamos encontrado diferença quanto ao modo das orações relacionais, notamos uma semelhança quanto ao verbo predominantemente empregado. Do mesmo modo que nas representações de Lula, Mainardi optou especialmente pelo verbo *ser* na representação dos partidários do presidente. Logo, a interpretação que antes fizemos quanto a essa escolha também se aplica aqui.

Como últimas considerações a serem feitas, ratificamos o que descrevemos na seção 3.3 do capítulo anterior, a respeito do *ethos* discursivo de Diogo Mainardi.

Pudemos notar, antes de tudo, que o autor busca expor seu ponto de vista sem permitir diálogo com outros. Seu discurso é construído de modo que a voz textual se imponha como única dona da verdade.

As constantes generalizações, o uso do verbo *ser* no presente do indicativo, as escolhas léxico-gramaticais, as construções sintáticas, bem como a falta de modalização para construir as representações fazem parte do *ethos* de Mainardi. Essas estratégias textuais inibem o questionamento dos leitores e, possivelmente, contribuem para a propagação da ideologia que o autor almeja.

Não podemos esquecer que o *ethos* do jornalista está vinculado diretamente ao presidente Lula. Como já assinalamos, quando feitas as análises, encontramos essa relação de aproximação entre Diogo Mainardi e Lula (governo Lula e PT) especialmente nos segmentos (2), (3), (6), (7), (8), (9) e (30). Além disso, seu

posicionamento político, ou melhor, sua assumida posição antigoverno também expressa traços de seu *ethos*.

Por fim, podemos afirmar que o estilo de linguagem mainardiano, suas escolhas léxico-gramaticais e o modo como representa suas experiências projeta-o como alguém que faz da crítica ao governo uma âncora não só para sua carreira profissional, mas também para sua satisfação pessoal, configurando-a como ponto fundamental nas suas representações de mundo.

Ao encerrarmos este trabalho, convém ainda salientarmos a eficiência das teorias que utilizamos para o estudo da materialidade linguística do *corpus*. Embora tenhamos encontrado algumas dificuldades em classificar tanto avaliações quanto atores, nosso aporte teórico deu conta de analisar linguisticamente os textos. Às vezes, por exemplo, os conceitos de julgamento por veracidade e por propriedade se confundiam.

Acreditamos que as dificuldades que encontramos se devem, especialmente, à incipiência dos estudos sobre avaliatividade ou sobre categorias de representação de atores sociais no Brasil. Até mesmo a transitividade hallidayana é pouco discutida, se considerada a necessidade que temos. Ainda não contamos com estudos suficientes a que possamos recorrer quando surgem dúvidas não esclarecidas pela bibliografia em língua inglesa. Indiscutivelmente, porém, notamos avanços nesse campo que se mostra, cada vez mais, profícuo e que merece especial atenção dos estudiosos da linguagem, em futuras pesquisas.

BIBLIOGRAFIA

AMOSSY, R. (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BLOOR, T. & BLOOR, M. *The functional analysis of English: a hallidayan approach*. New York: Arnold, 1995.

BOAS, S.V. *O estilo magazine: o texto em revista*. São Paulo: Summus, 1996.

BONINI, A. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: KARWOSKY, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. *Gêneros textuais: reflexões e ensino* (orgs.). Palmas e União da Vitória, PR: Kaygangue, 2005.

_____. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? *Linguagem em (Dis)curso*. 4(1), jul/dez. 2003. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/lingua_gem/0401/11.htm>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CABRAL, S. S. *Estrutura textual e transitividade: a carta do leitor como construção da experiência*. Santa Maria: UFSM, 2002. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, 2002.

_____. *A mídia e o presidente: um julgamento com base na teoria da valoração*. Santa Maria: UFSM, 2007. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

CUNHA, M.; SOUZA, M. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

DASCAL, M. O ethos na argumentação: uma abordagem pragma-retórica. In: AMOSSY, R. (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005, p.57-68.

DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. 3.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

EGGINS, S. *An introduction to functional linguistics*. London: Continuum, 2004.

FAIRCLOUGH, N. *Media discourse*. London: Longman, 1995.

FUZER, C. *Linguagem e representação nos autos de um processo penal: como operadores do Direito representam atores sociais em um sistema de gêneros*. Santa Maria: UFSM, 2008. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

GUARESCHI, Pedrinho A. *Os construtores da informação : meios de comunicação, ideologia e ética*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. 3th . ed. London: Arnold, 2004.

HALLIDAY, M. A.K.; MARTIN, J. *Writing Science: literacy and discursive power*. London: University of Pittsburgh Press, 1993.

HALLIDAY, M.A.K. Part I. In: HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, R. *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

_____. *An introduction to functional grammar*. 2nd ed. London: Arnold, 1994.

HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S (Orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. União da Vitória, PR: Kayganguê, 2005.

MAINARDI, D. *Lula é minha anta*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MAINGUENEAU, D. *O contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MARTIN, J. R.; MATTHIESSEN, C. M. I.M.; PAINTER, C. *Working with functional grammar*. London: Edward Arnold, 1997.

MARTIN, J.R e WHITE, P.R.R. *The Language of Evaluation: appraisal in English*. New York: Palgrave/Macmillan, 2005.

MEDINA, J. L. B. *Gêneros jornalísticos: uma questão de gênero*. In: SIMPÓSIO DE COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE, 2001, Vitória. Anais eletrônicos. São Paulo: Intercom. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/viii-sipec/gt05/40-%20Jorge%20Lellis%20-%20trabalho%20completo.htm>.

MEDINA, C. *Notícia: um produto à venda*. 2 ed. São Paulo: Summus Editorial, 1988 [1978].

MELO, J. M. *A opinião do jornalismo brasileiro*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MEURER, J.L; BONINI, A; MOTTA-ROTH, D. (Org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

PILLON, S. L. *A formação de uma comunidade de leitores*. Santa Maria: UFSM, 2007. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

PINHEIRO, N. F. *A noção de gênero para análise de textos midiáticos*. In: MEURER, J. L. & MOTTA-ROTH, D. (orgs.). *Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem*. Bauru: EDUSC, 2002.

RAVELLI, L. *Getting started with functional analysis of text*. In: L. Unsworth (Ed.). *Researching language in school and communities. Functional linguistic perspectives*. London and Washington: Cassell, 2000.

RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.

RODRIGUES, R.H. *Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin*. In: MEURER, J.L; BONINI, A; MOTTA-ROTH, D. (Org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 152-183.

ROJO, R. *Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas*. In: A. J. Meurer; Adair Bonini; Désirée Motta-Roth. (Org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 184-207.

ROTH, D. (Orgs.). *Gêneros textuais e práticas discursivas*. Bauru/SP: Edusc, 2002.

SABINO, M. O oráculo de Ipanema. *Revista Veja*, São Paulo, edição 2030, out. 2007. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br> > Acesso em 30 out. 2007.

THOMPSON, G. *Introducing functional grammar*. 2. ed. London: Arnold, 2004.

THOMPSON, J. *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2002.

VAN LEEUWEN, T. *A representação dos actores sociais*. In: PEDRO, E.R. (Org.). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho, 1997. p. 169-222.

_____. *Language and representation – the recontextualisation of participants, activities and reactions*. Tese (Doutorado em Filosofia), University of Sydney, Sydney, 1993.

VAN LEEUWEN, T.; CALDAS-COULTHARD, C. R. *Discurso crítico e gênero no mundo infantil: brinquedos e a representação de atores sociais*. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 4, n. esp. p. 11-33, 2004.

WHITE, P. *Valoração - a linguagem da avaliação e da perspectiva*. Versão on-line da *Revista Linguagem em (Dis)curso*, vol. 4, número especial, 2004.

Sites consultados:

<http://veja.abril.com.br>

<http://www.wikipedia.org>

<http://www.scielo.br>

<http://revcom2.portcom.intercom.org.br>

<http://www3.unisul.br>